



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA AMBIEL GAIGNER

**PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO PARA ORIENTAR O EMPRESÁRIO POR
MEIO DE ASSESSORIA DA ESTRUTURAÇÃO CONTÁBIL**

CURITIBA

2019

ANA PAULA AMBIEL GAIGNER

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO PARA ORIENTAR O
EMPRESARIO POR MEIO DE ASSESSORIA DA ESTRUTURAÇÃO CONTÁBIL

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Contábeis, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de MBA em Gestão Contábil e Tributária.

Orientador: Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe

CURITIBA

2019

FOLHA/TERMO DE APROVAÇÃO

ANA PAULA AMBIEL GAIGNER

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO PARA ORIENTAR O EMPRESARIO POR MEIO DE ASSESSORIA DA ESTRUTURAÇÃO CONTÁBIL

Monografia aprovada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Gestão Contábil e Tributária, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Blênio Cezar Severo Peixe
Orientador – Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – UFPR

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Departamento de XXXXXXXXXXXXXXXX

Prof. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Departamento de XXXXXXXXXXXXXXXX

Curitiba, 30 de junho de 2019.

RESUMO

As micro e pequenas empresas têm importância fundamental na economia brasileira. Segundo o SEBRAE em 2017, elas geraram 27% do PIB e representam entre 98 e 99% das organizações formais no ramo de comércio e serviços. A maioria desses empreendedores contratam serviços de contabilidade terceirizada e muitos deles, conforme pesquisa realizada também pelo Sebrae, não possui conhecimento acerca do negócio, e das obrigações perante a Receita Federal. Além disso, o Brasil possui vários regimes de tributação e em torno de 94 tributos, tornando esse tema muito complexo, gerando desconhecimento e consequentemente preconceito por parte do empresário em relação ao fisco brasileiro, ao contador e a obrigação de se recolher tributos. O objetivo desta monografia foi analisar as condições para orientar o empresário por meio da assessoria da estruturação contábil para que minimize o impacto tributário. Quanto a metodologia, este trabalho monográfico classifica-se quanto aos objetivos como descritivo, quanto aos procedimentos como bibliográfico, documental e estudo multicaso. E quanto a abordagem do problema trata-se de uma pesquisa qualitativa. Os resultados apresentados sugerem que dificilmente um regime tributário será mais vantajoso para uma pequena empresa do que o simples nacional e que antes de pensar em planejamento tributário. O empresário deve pensar em planejamento organizacional com objetivos e metas a serem alcançados e, que dentro do planejamento organizacional, o planejamento tributário acaba sendo uma ferramenta para crescimento da empresa com uma tributação justa e menos onerosa.

Palavras-chave: Planejamento tributário. Empresa. Assessoria da Estruturação Contábil.

ABSTRACT

Micro and small enterprises are of fundamental importance in the Brazilian economy. According to SEBRAE in 2017, they generated 27% of PIB and represent between 98 and 99% of formal organizations in the trade services sector. Most of these entrepreneurs contract outsourced accounting services and many of them, according to research conducted by Sebrae, have no knowledge about the business, and the obligations to the Internal Revenue Service. In addition, Brazil has several tax regimes and around 94 tributes, making this subject very complex, generating ignorance and consequently prejudice on the part of the businessman in relation to the Brazilian tax authorities, the accountant and the obligation to collect taxes. The objective of this monograph was to analyze the conditions to guide the entrepreneur through the advice of the accounting structuring so that it minimizes the tax impact. As for the methodology, this monographic work is classified as much to the objectives as descriptive, as to the procedures as bibliographic, documentary, and multicase study. And the approach to the problem is qualitative research. The results presented suggest that a tax regime will hardly be more advantageous for a small company than the simples nacional, and that before thinking about tax planning, the entrepreneur should think about organizational planning with objectives and goals to be achieved and that within the planning tax planning becomes a tool for the company's growth with a healthy and less costly taxation.

Keywords: Tax planning. Company. Accounting Structuring Advice

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	NÍVEIS DE DECISÃO E TIPOS DE PLANEJAMENTO.....	17
----------	--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	FATURAMENTO ANUAL – EMPRESA 1.....	39
QUADRO 2 -	BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA 1.....	40
QUADRO 3 -	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – EMPRESA 1.....	40
QUADRO 4 -	SIMPLES SOBRE FATURAMENTO – EMPRESA 1.....	41
QUADRO 5 -	LUCRO REAL – EMPRESA 1.....	43
QUADRO 6 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 1.....	43
QUADRO 7 -	SIMPLES NACIONAL – EMPRESA 1.....	44
QUADRO 8 -	ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO – EMPRESA 1.....	45
QUADRO 9 -	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL – EMP. 1.....	45
QUADRO 10 -	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – PRESUMIDO – EMP. 1.....	46
QUADRO 11 -	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – LUCRO REAL – EMP. 1.....	46
QUADRO 12 -	COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER – EMP. 1.....	47
QUADRO 13 -	FATURAMENTO ANUAL – EMPRESA 2.....	48
QUADRO 14 -	BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA 2.....	49
QUADRO 15 -	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – EMPRESA 2.....	49
QUADRO 16 -	SIMPLES SOBRE FATURAMENTO – EMPRESA 2.....	50
QUADRO 17 -	LUCRO REAL – EMPRESA 2.....	51
QUADRO 18 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 2.....	51
QUADRO 19 -	SIMPLES NACIONAL – EMPRESA 2.....	52
QUADRO 20 -	ENCARGOS SOBRE FOLHA – EMPRESA 2.....	53
QUADRO 21 -	SIMPLES NACIONAL – EMPRESA 2.....	54
QUADRO 22 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 2.....	54
QUADRO 23 -	LUCRO REAL – EMPRESA 2.....	55

QUADRO 24 -	COMPARATIVOS DE TRIBUTOS A RECOLHER – EMPRESA 2.....	55
QUADRO 25 -	FATURAMENTO ANUAL – EMPRESA 3.....	56
QUADRO 26 -	BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA 3.....	57
QUADRO 27 -	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – EMPRESA 3.....	57
QUADRO 28 -	SIMPLES SOBRE FATURAMENTO – EMPRESA 3.....	58
QUADRO 29 -	LUCRO REAL – EMPRESA 3.....	59
QUADRO 30 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 3.....	59
QUADRO 31 -	SIMPLE NACIONAL – EMPRESA 3.....	60
QUADRO 32 -	ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO – EMPRESA 3.....	60
QUADRO 33 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL – EMP. 3	61
QUADRO 34 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO PRESUMIDO – EMP.3	62
QUADRO 35 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL – EMPRESA 3...	62
QUADRO 36 -	COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER – EMPRESA 3.....	63
QUADRO 37 -	FATURAMENTO ANUAL – EMPRESA 4.....	64
QUADRO 38 -	BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA 4.....	64
QUADRO 39 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – EMPRESA 4.....	65
QUADRO 40 -	SIMPLES NACIONAL – EMPRESA 4.....	66
QUADRO 41 -	LUCRO REAL – EMPRESA 4.....	67
QUADRO 42 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 4.....	67
QUADRO 43 -	ENCARGO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO – EMPRESA 4.....	68
QUADRO 44 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL – EMPRESA 4...	69
QUADRO 45 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – PRESUMIDO – EMPRESA 4....	70
QUADRO 46 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL – EMP. 4	70
QUADRO 47 -	COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER – EMPRESA 4.....	71
QUADRO 48 -	FATURAMENTO ANUAL – EMPRESA 5.....	72
QUADRO 49 -	BALANÇO PATRIMONIAL – EMPRESA 5.....	72
QUADRO 50 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – EMPRESA 5.....	73
QUADRO 51 -	SIMPLES NACIONAL – EMPRESA 5.....	74
QUADRO 52 -	LUCRO PRESUMIDO – EMPRESA 5.....	74
QUADRO 53 -	LUCRO REAL – EMPRESA 5.....	75

QUADRO 54 -	ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO – EMPRESA 5.....	76
QUADRO 55 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL – EMP. 5	76
QUADRO 56 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – PRESUMIDO – EMP. 5.....	77
QUADRO 57 -	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL – EMP. 5.....	78
QUADRO 58 -	PLANO DE AÇÃO PROPOSTO.....	85

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	11
1.2.1	Objetivo Geral.....	11
1.2.2	Objetivos Específicos.....	12
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1	PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO.....	14
2.1.1	Conceitos de Planejamento.....	15
2.1.2	Origem do Planejamento.....	16
2.2	TIPOS DE PLANEJAMENTO.....	16
2.2.1	Operacional.....	17
2.2.2	Tático.....	18
2.2.3	Estratégico.....	18
2.3	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	18
2.4	REGIMES TRIBUTÁRIOS.....	21
2.4.1	Lucro Real.....	22
2.4.2	Lucro Presumido.....	23
2.4.3	Lucro Arbitrado.....	25
2.4.4	Simplex Nacional.....	25
2.5	PRINCIPAIS TRIBUTOS.....	26
2.5.1	Impostos.....	27
2.5.2	Taxas.....	28
2.5.3	Contribuições de Melhoria.....	28
2.5.4	Empréstimos Compulsórios.....	29
2.5.5	Contribuições Sociais.....	29
2.6	PRINCIPAIS IMPOSTOS FEDERAIS.....	29
2.7	PRINCIPAIS IMPOSTOS ESTADUAIS.....	30
2.8	PRINCIPAIS IMPOSTOS MUNICIPAIS.....	31

2.9	PERFIL DO EMPRESÁRIO.....	31
2.9.1	Panorama Geral.....	33
2.9.2	O Perfil do Empresário por Atividade.....	33
2.9.3	O Perfil Demográfico do Empresário.....	34
2.9.4	Condições Limitantes.....	35
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	36
3.1	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS.....	36
3.2	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS.....	37
3.3	TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	37
3.4	LEVANTAMENTO DOS DADOS INFORMAÇÕES.....	37
4	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURAÇÃO CONTÁBIL.....	38
4.1	EMPRESA 1.....	38
4.2	EMPRESA 2.....	48
4.3	EMPRESA 3.....	56
4.4	EMPRESA 4.....	63
4.5	EMPRESA 5.....	71
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS E PROPOSTA.....	79
5.1	VERIFICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO.....	80
5.2	CONTROLE DE ESTOQUES.....	81
5.3	CONTROLE DE CONTAS A PAGAR E RECEBER.....	82
5.4	CONTROLE DE FLUXO DE CAIXA.....	82
5.5	DEMONSTRATIVO DE RESULTADO.....	83
5.6	ESTRUTURAÇÃO DO PLANO EMPRESÁRIAL E TRIBUTÁRIO.....	83
5.7	PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
	REFERÊNCIAS.....	89

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA

Verifica-se que a economia brasileira é movida pelas pequenas e médias empresas, e grande parte dessas organizações possuem contabilidade terceirizada, onde o contador é responsável pela escrituração contábil, apuração dos impostos e envio das declarações acessórias. Porém, o seu papel vai muito além de atender ao fisco e gerar tributos a pagar.

É constatado que contabilidade atualmente não é apenas uma ciência de registro dos atos e fatos contábeis, antes de tudo, é uma ferramenta indispensável à sobrevivência das organizações, pois por meio da análise das informações geradas através das demonstrações contábeis pode-se entender, planejar, e prever o futuro da empresa.

Nesse sentido, o contador tem um papel indispensável dentro da organização, já que ele acaba por ser quem gera a informação, e quem pode interpretá-la e traduzi-la para que sirva de subsídio na tomada de decisões. Entretanto, muitas vezes esse serviço acaba sendo visto, principalmente pelos empresários com contabilidade terceirizada, como uma burocracia a ser cumprida, e o contador como a pessoa que envia todos os meses as guias e tributos a serem pagos.

Moreira et al (2013), salienta o fato de que é indiscutível a importância da informação contábil na tomada de decisão, mas que muitas vezes os usuários não conseguem compreender as informações transmitidas por meio dos demonstrativos, e isso acaba por “gerar uma cultura de não utilização da informação contábil nas empresas.”

Outra questão significativa no contexto da importância da contabilidade para as pequenas e médias empresas é o planejamento tributário. O Brasil hoje possui vários regimes de tributação e em torno de 94 tributos, tornando essa questão muito complexa, o que acaba por levar a um desconhecimento e conseqüentemente a um

preconceito por parte do empresário em relação ao fisco brasileiro, ao contador e a obrigação de se recolher tributos.

Pagar tributos, segundo Paulsen (2012), já não é mais um dever para com o Estado, e sim um compromisso fundamental de toda pessoa integrante da sociedade e que por esse fato tem responsabilidade direta pela sua manutenção e organização.

De acordo com Oliveira et al (2011), diversos estudos apresentam o Brasil como uma nação onde o custo é muito alto para as organizações, devido entre outras coisas, ao sistema tributário nacional, principalmente para empresas menores cuja capacidade de concorrer com grandes companhias acaba sendo prejudicada por uma série de fatores, dentre eles a própria questão tributária que acaba impactando o pequeno e médio empresário de forma muito mais onerosa.

A alta carga tributária acaba sendo empecilho para a sobrevivência das empresas, e para não se perder no caminho do empreendedorismo é importante que os gestores, administradores e empresários tenham um conhecimento profundo do negócio, de economia, do setor no qual a empresa está inserida e principalmente a respeito da tributação e obrigações jurídicas inerentes ao negócio.

Tendo em vista essa necessidade, surge a questão de como instruir o empreendedor que busca os serviços de um escritório de contabilidade para que, dentro dos limites legais, o impacto tributário seja o menor possível, e a empresa possa crescer de maneira sadia e contribuindo ativamente na economia. Sendo assim o problema da pesquisa é o seguinte: Como orientar o empresário por meio de assessoria da estruturação contábil para que minimize o impacto tributário?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as condições para orientar o empresário por meio da assessoria da estruturação contábil para que minimize o impacto tributário.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- (i) Identificar as condições das empresas por meio do levantamento do perfil dos empresários;
- (ii) Mapear as principais situações que o planejamento tributário pode influenciar no processo de estruturação contábil;
- (iii) Apresentar uma proposta de planejamento tributário para os clientes na forma de assessoria para minimizar o impacto da tributação.

1.3 JUSTIFICATIVAS

Devido à instabilidade da economia brasileira, e a concorrência muitas vezes díspar entre as grandes e pequenas empresas, redução de custos é uma estratégia amplamente discutida no mundo organizacional, e a gestão tributária é um dos principais instrumentos na busca pela racionalização da carga fiscal.

De acordo com Pohlman (2010), o planejamento tributário é uma reação natural do agente econômico perante os tributos, e estes afetam inclusive o comportamento do contribuinte em decisões como investimentos e desinvestimentos, precificação de ativos, endividamento e estrutura de capital, e inclusive na definição do local do empreendimento há influência a respeito desse tema.

Do ponto de vista legal, o planejamento tributário é legítimo desde que sejam decisões e ações adotadas com o objetivo de evitar, reduzir, ou postergar o pagamento de tributos de forma lícita.

Hoje o pequeno e médio empresário muitas vezes não possui conhecimento acerca de impostos, taxas e contribuições, além disso, a corrupção presente no meio político contribui para uma visão obnubilada a respeito das diferentes esferas do governo, e por isso é importante ampará-lo e esclarecer a respeito da diferença entre elisão e evasão fiscal, e de uma correta gestão tributária, que pode até contribuir para o crescimento do negócio. Portanto, cabe ao contador, através da assessoria na

estruturação contábil amparar as decisões dos donos de negócio através de informações claras, tempestivas e úteis.

O planejamento tributário é de suma importância para a continuidade de uma empresa. É através dessa ferramenta que os gestores e empresários poderão verificar se o regime no qual estão inseridos é o melhor naquele momento, além de otimizar a carga tributária e maximizar os lucros. O contador tem o papel de analisar anualmente esse impacto tributário, e auxiliar o dono do negócio na estruturação contábil da entidade, além de oferecer soluções que tenham por objetivo amparar e validar as decisões estratégicas e a tomada de decisões.

2 REVISÃO BIBLIOGRAFICA

Nesta revisão bibliográfica discute-se os seguintes pontos: principais aspectos relacionados ao planejamento, tipos de planejamento, planejamento tributário, que pode ser entendido e trabalhado em cada uma dessas esferas, na sequência fala-se sobre os regimes tributários, os principais tributos e explica-se sobre os principais impostos federais, estaduais e municipais. Por fim, fala-se sobre o perfil do empresário, que é um fator importante a ser considerado quando se faz um trabalho de planejamento tributário com o micro e pequeno empreendedor.

2.1 PRINCIPAIS ASPECTOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO

O planejamento é de suma importância na rotina empresarial, visto que se trata de um recurso necessário para a sobrevivência e o sucesso das organizações.

Silva e Leon (2011), explicam que o planejamento deve ser visto como um processo contínuo de interação organizacional com o ambiente, e que isso permite aumentar o desempenho da empresa, já que planejamento é uma ferramenta de orientação para um eficaz aproveitamento dos recursos utilizados pela entidade.

O planejamento é uma das funções principais do processo administrativo, possui conceitos mais amplos do que simplesmente organizar os números e adequar as informações, passando a ser um instrumento de administração estratégica, incorporando o controle de turbulências ambientais e possibilitando que a empresa conquiste mais competitividade e mais resultados organizacionais, pois é função que indica a direção a ser consolidada pela empresa. (OLIVEIRA 2009, p.46)

O planejamento tem como objetivo prever e minimizar os inibidores dos resultados e maximizar os facilitadores no processo de tomada de decisão, pois permite que assim o gestor faça escolhas mais assertivas. (ORLICKAS, 2010).

Dessa forma, o planejamento consiste em se antecipar, simular o futuro desejado e pré-estabelecer o curso das ações a serem tomadas, além de possibilitar a análise do ambiente favorecendo uma visão mais ampla sobre as oportunidades, ameaças, seus pontos fortes e fracos.

2.1.1 Conceitos de Planejamento

O Planejamento é essencial em qualquer aspecto da vida, tanto no âmbito pessoal, quanto mais empresarial. Thomas Edison (1847 – 1931) disse que boa sorte é o que acontece quando a oportunidade encontra o planejamento, e qualquer pessoa com metas e objetivos faz uso de técnicas de planejamento, mesmo que de maneira inconsciente.

De maneira geral planejamento é a organização de uma tarefa com a utilização de métodos apropriados através da determinação de ações para se atingir as metas estipuladas. Michaelis on line (2019).

O Dicionário On Line Dicio (2019) explica que se trata de preparar um trabalho ou um objetivo de forma sistemática e planejada através da determinação das etapas, procedimentos e meios a serem usados no desenvolvimento de uma tarefa.

Planejar no âmbito administrativo, refere-se a um conjunto de ações previamente estipulado com vistas a atingir um resultado definido, quando há plena certeza de que essas ações acontecerão e que através desses processos ter-se-á controle quase absoluto dos fatores que asseguram o sucesso no alcance dos resultados. (ALDAY, 2000).

Por sua vez, Duarte (2001), em seu Dicionário de Administração, ensina que o Planejamento é uma “apresentação sistemática de um conjunto de decisões devidamente concatenadas, registrando os propósitos de uma organização e condicionando os meios precisos para consegui-los”.

Chiavenato (1994), afirma que o planejamento é a função administrativa que determina antecipadamente o que se deve fazer e os objetivos a serem alcançados, dispondo oferecer condições racionais para a direção da empresa ou departamentos a partir de hipóteses sobre a realidade futura.

É preciso que haja plano para que a organização tenha seus objetivos e para que se estabeleça a melhor maneira de alcança-los. Além disso, os planos permitem que a organização consiga e aplique os recursos necessários para a consecução de seus objetivos, os membros da organização executam atividades compatíveis com os objetivos e os métodos escolhidos e o progresso feito rumo aos objetivos sejam acompanhados e medidos, para que

se possam tomar medidas corretivas se o ritmo do progresso for insatisfatório. (STONER 1985, p.98).

Portanto, o planejamento acaba por ser uma ferramenta de orientação para os gestores, visto que é através do reconhecimento das metas e objetivos que pode ser traçado o curso das ações a serem tomadas com vistas ao alcance das mesmas.

2.1.2 Origem do Planejamento

O Planejamento surgiu nos Estados Unidos na década de 50, conforme relata Alday (2000), com uma profunda influência da tecnologia de planejamento dos países com vistas a economia de longo prazo. Devido a isso, as projeções acabavam sendo para 10 anos ou mais, e tornavam-se ineficientes para a solução de problemas e obtenção de metas mais reais e imediatas.

Ainda citando Alday, na metade de 1960 foi introduzida a metodologia do planejamento estratégico que visava estabelecer uma direção da organização voltada para a interação dela com o ambiente, levando em consideração itens como âmbito de atuação, macro políticas, políticas funcionais, filosofia, atuação, macro estratégia, estratégias funcionais, macro objetivos, e objetivos funcionais.

Hoje há os planejamentos estratégicos, táticos e operacionais, que se diferem no fato de que o estratégico é voltado para a organização como um todo, o planejamento tático tem relação com as diversas áreas da empresa, e os operacionais que são necessários para se chegar ao planejamento tático.

2.2 TIPOS DE PLANEJAMENTO

Nos grandes níveis hierárquicos, são distinguíveis três tipos de planejamento: o operacional, o tático e o estratégico.

Estes por sua vez, tem relação com cada uma das esferas da organização e podem ser representados pela Pirâmide organizacional conforme Figura 1:

FIGURA 1 – NÍVEIS DE DECISÃO E TIPOS DE PLANEJAMENTO



FONTE: Oliveira (2001)

Enquanto o planejamento estratégico preocupa-se com os objetivos da empresa e as diversas maneiras de colocá-lo em prática, o planejamento tático tem vistas a alcançar as metas no curto prazo e é o elo que liga o planejamento estratégico ao planejamento operacional, que tem relação direta com as operações diárias da organização.

2.2.1 Operacional

O Planejamento Operacional, para Mendes e Raiser (2009), está ligado às decisões do cotidiano da organização e é a derivação das decisões estratégicas e táticas, com um impacto a curto prazo. Elas também são aplicadas em áreas específicas e impactam determinados departamentos ou setores.

É a formulação, principalmente através de documentos escritos, das metodologias de desenvolvimento e implantação estabelecidas. São os Planos de Ação e Planos Operacionais. (OLIVEIRA, 2001).

Ainda de acordo com Oliveira, cada um dos planejamentos operacionais deve ter em detalhes os recursos necessários para o desenvolvimento e implantação, os procedimentos a serem adotados, prazos, o resultado esperado, e os responsáveis pela execução e implantação.

Portanto, pode – se dizer que o planejamento operacional é desenvolvido no curto prazo pelos níveis organizacionais inferiores, com o foco nas atividades básicas ordinárias da empresa.

2.2.2 Tático

O planejamento tático pode ser entendido como um processo de curto prazo, onde as decisões administrativas são adotadas de forma qualitativa, servindo assim como um instrumento para a elaboração do planejamento estratégico, além de controlar as decisões com vistas à eficiência. (DUARTE, 2011).

Ele tem por objetivo otimizar determinada área de resultado, e não toda a empresa. Seus objetivos são de curto prazo, sua amplitude é mais restrita, com riscos menores e uma flexibilidade maior que o planejamento estratégico. (RAISER, 2009).

2.2.3 Estratégico

Conforme Oliveira (2003, p.47), “planejamento estratégico é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, atuando de forma inovadora e diferenciada”. De acordo com o Duarte (2011), é o acompanhamento dos acontecimentos internos e externos amparado pela análise diária e permanente do negócio. Esse levantamento de informação e análise possibilitam a tomada de decisões de forma assertiva.

O planejamento estratégico é muito mais flexível que o planejamento a longo prazo, já que ele foca na seleção de apenas algumas características e medidas a serem tomadas. (ALDAY, 2000). Porém tendo em vista que o planejamento tático é menos flexível e mais arriscado, já que considera um conjunto de planejamentos táticos, a empresa como um todo, e está relacionado com a atividade fim da Organização. (MENDES, 2009).

2.3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Costa (2010), ressalta que planejamento é fundamental para a orientação das Organizações rumo aos objetivos almejados, e que o planejamento tributário não seria diferente.

Conforme explica Oliveira et al. (2010), o planejamento tributário é uma forma lícita de reduzir a carga fiscal. Trata-se do estudo prévio à concretização dos fatos administrativos, dos efeitos jurídicos, fiscais e econômicos, com vistas a encontrar uma alternativa legal menos onerosa.

É importante deixar claro que planejamento tributário não se confunde com sonegação fiscal. Planejar implica escolher entre duas ou mais opções lícitas a que resulte em menos tributo a pagar.

Sendo assim, planejamento tributário considera como parte da sua estrutura a elisão fiscal, que em palavras de Oliveira é entendida como:

Uma conduta lícita, omissiva ou comissiva, do contribuinte, que visa impedir o nascimento da obrigação tributária, reduzir seu montante ou adiar seu cumprimento. A elisão fiscal é alcançada pela não realização do fato impositivo (pressuposto do fato) do tributo ou pela prática do negócio jurídica tributariamente menos oneroso, como por exemplo, a importação de um produto, via zona franca de Manaus. Tais manobras, embora beneficiem o contribuinte, não são condenadas por nosso direito positivo. (OLIVEIRA, 2014, p.4)

Quando o planejamento tributário é buscado de maneira ilícita, passa de elisão fiscal para evasão tributária. Essa conduta é passível de condenação e no Brasil a base legal para punição de tais crimes são as leis 4.729/65 e a 8.137/90.

A lei 4.729/65 foi derogada pela lei 8.137/90, e elas versam sobre os crimes contra a ordem tributária e estão previstos nos artigos 1º e 2º da lei de 1990.

O primeiro crime de que trata a Lei 8.137/90 é o crime de material ou de resultado, pois sua consumação se dá quando o agente se utilizando das condutas explicadas nos incisos suprime ou reduz o tributo. Para o crime ter ocorrido de fato, é necessário que o objetivo resultante da ação tenha sido alcançado.

O segundo é crime formal, ou seja, prevê a conduta e o resultado, mas a consumação se configura no planejamento sem conduto ter-se alcançado o objetivo. (LEMONS, 2010).

Para um adequado planejamento tributário, faz-se necessário conhecer profundamente todas as situações em que é possível o crédito tributário, a postergação do tributo, com fins de gerenciamento de fluxo de caixa, conhecer também todas as despesas e provisões permitidas pelo fisco como dedução, saber

aproveitar as lacunas deixadas pela legislação e identificar os incentivos e benefícios concedidos pelo governo em todas as esferas

Sendo assim, Oliveira (2010) afirma que o planejamento tributário estratégico tem como objetivo fundamental a economia tributária de impostos, sempre de acordo com a legislação fiscal, mas evitando perdas desnecessárias para a organização.

Planejamento tributário pode ser considerado sob a perspectiva de diferentes matizes, e Polhman (2010) explica os seguintes objetivos: (1) anulatório, caso haja vistas a se evitar a incidência de um tributo, (2) redutivo, quando o objetivo é reduzir o montante devido e (3) postergatório, caso se busque protelar o pagamento do montante.

Muitas vezes apenas postergar o pagamento de um tributo já é suficiente para projetar um fluxo de caixa efetivo, onde a empresa pode controlar quando se dará o desembolso financeiro de forma que não prejudique o fluxo de caixa, e ainda há casos em que o pagamento pode ser adiado indefinidamente, como por exemplo o diferimento do reconhecimento de receitas e ganhos pela realização.

Quanto à abrangência, Polhman (2010) destaca que o planejamento tributário pode ser classificado em (1) interno, (2) administrativo e (3) judicial.

Interno quando as medidas a serem adotadas dependerem exclusivamente de atos ou negócios praticados pelo próprio contribuinte, ou se tratar de procedimentos fiscais e contábeis.

Administrativo quando envolver requerimentos ou solicitações junto à administração tributária, tais como consultas, pedidos de restituição ou compensação, através de PERD/COMP por exemplo.

Judicial quando a implementação do projeto tributário envolver a adoção de medidas judiciais, como embargos à execução fiscal, mandatos de segurança, ação declaratória, ação repetitória, cautelar, entre outros.

Além do objetivo e abrangência, o planejamento tributário pode ser considerado estratégico ou operacional. Estratégico à medida em que suas ações envolvam de alguma maneira o relacionamento com a concorrência, o posicionamento dos produtos no mercado, acesso à cadeia de suprimentos, entre outras coisas. Um

exemplo a ser considerado pode ser a decisão de abrir um outro CNPJ e segregar as atividades da empresa, com vistas a diminuir a carga tributária.

Quando o planejamento estratégico não leva em consideração o posicionamento do produto e da empresa no mercado, ele acaba sendo classificado como operacional, como a escolha da forma de tributação da empresa.

Scholes (2004) acrescenta que o planejamento tributário deve levar em consideração três princípios que envolvem sobretudo a relação do ente que planeja com o ambiente e outras pessoas, físicas ou jurídicas.

- (a) *All parts*: esse princípio diz que o planejamento deve levar em consideração as implicações tributárias para todas as partes envolvidas;
- (b) *All taxes*: a eficácia do planejamento leva em consideração que na tomada de decisões considere também os tributos implícitos na operação;
- (c) *All costs*: esse princípio versa sobre a ciência de que a tributação é apenas um aspecto do vasto espectro de custos de um negócio, e que todos esses custos devem ser considerados no processo. (SCHOLLES, 2004, p.554)

Polhman (2010) ainda descreve sobre o processo de planejamento tributário, que deve passar pelas seguintes etapas de (1) percepção de uma situação problemática envolvendo algum aspecto tributário, que é por sua vez o evento desencadeante da necessidade de planejamento, (2) definição do problema e dos objetivos do planejamento tributário, (3) análise do problema à luz das normas e princípios aplicáveis, (4) identificação de todas as alternativas possíveis de solução, (5) avaliação e ordenação dos méritos das soluções, (6) escolha da melhor alternativa, (7) formalização da decisão e (8) implementação da decisão.

Portanto, apesar do planejamento tributário ser apenas uma ferramenta em meio a tantas outras, demanda estudo, visão ampla do negócio e conhecimento ou uma equipe interdisciplinar que possa levar a empresa a uma maior lucratividade e competitividade, já que os impostos representam por volta de 1/3 das receitas.

2.4 REGIMES TRIBUTÁRIOS

Regime tributário pode ser entendido como um conjunto de leis que regula a forma como o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são apurados. A diferença encontra-se nas alíquotas e na base de cálculo.

Além disso, a pessoa jurídica, salvo exceções, pode optar pelo regime tributário simplificado, o Simples Nacional, que une em uma mesma guia tributos federais, estaduais e municipais.

Conforme Oliveira et al. (2011), o primeiro passo para um eficaz planejamento tributário reside na escolha do melhor regime de tributação para cada empresa. Essa escolha deve ser pautada em estudos sobre o objeto do negócio, localização, folha de pagamentos, processo de produção, ou de revenda, entre outras coisas.

A seguir elenca-se os diferentes tipos de regimes tributários: lucro real, lucro presumido, arbitrado e o simples nacional.

2.4.1 Lucro Real

O lucro real de acordo com Pohlman (2010), é aquele no qual o imposto de renda sobre pessoa jurídica é apurado a partir do resultado contábil da empresa.

O artigo 247 do Regulamento do Imposto de Renda (1999), esclarece que lucro real é o lucro contábil do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões e compensações.

As adições, ainda de acordo com o Regulamento do Imposto de renda (1999), as adições são custos, despesas, encargos, perdas provisões e participações não dedutíveis na apuração do imposto. Também podem abarcar resultados, rendimentos, receitas e outros valores não incluídos no lucro líquido, mas que são computados na determinação do lucro real. As exclusões de acordo com o art. 250 do mesmo regulamento, são valores cuja dedução seja autorizada pelo RIR, mas que não entraram no lucro líquido.

As compensações podem ser prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores, limitado a 30% do lucro líquido já ajustado pelas adições e exclusões.

As adições, exclusões e compensações são feitas no LALUR, Livro de Apuração do Lucro Real, e em sua parte A são discriminados os ajustes ao lucro real derivados das adições e exclusões. A parte B do LALUR demonstra valores que devem ser controlados e afetarão o lucro real de exercícios futuros, como prejuízos acumulados, entre outros.

Qualquer Pessoa Jurídica pode optar pelo lucro real, porém, algumas estão obrigadas a se utilizar de apenas esse regime tributário. Alguns exemplos, de acordo com a Lei 9718 de 1998:

- (a) Empresas com receita bruta total no ano calendário anterior acima de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais);
- (b) Que sejam bancos comerciais, de investimentos, de desenvolvimento, sociedade de crédito, financiamento ou investimento, sociedades de crédito imobiliário, corretoras de títulos, valores mobiliários, câmbio, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguro, de capitalização, e entidades de previdência aberta; entre outras.
- (c) Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital advindos do exterior.
- (d) As empresas que autorizadas pela legislação tributária tenham benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto.
- (e) Que no ano calendário tiverem recolhido pagamento mensal pelo regime de estimativa;
- (f) Que prestem serviços de assessoria de créditos, mercadológica, gestão de crédito, administração de contas a pagar e receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis ou de factoring.

O lucro real pode ser anual ou trimestral. No lucro real anual, os pagamentos são mensais através de uma presunção do faturamento e periodicamente são levantados balancetes de suspensão e redução com o intuito de suspender ou diminuir o pagamento do imposto. O lucro real trimestral, o lucro real é levantado a cada três meses, e o IRPJ e a CSLL são pagos no mês subsequente ao fechamento trimestral.

A vantagem do lucro real, é que o imposto é pago sobre o que de fato a empresa teve de lucro, porém, de acordo com o art. 7º do Decreto Lei de 1598/77, “o lucro real será determinado com base na escrituração que o contribuinte deve manter”, e deverão ser feitos estritamente dentro dos prazos.

2.4.2 Lucro Presumido

Conforme explica Oliveira et al (2011), o lucro presumido é uma forma simplificada de apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social. E esse regime tributário é restrito a pessoas jurídicas que não estão obrigados ao regime de apuração com base no lucro real.

Esse regime, conforme explica Alves (2017), trabalha com uma presunção do lucro para se apurar o tributo devido. As presunções são estabelecidas pela receita Federal e variam de acordo com o ramo de atividade do contribuinte.

Pohlman (2010) afirma que a intenção do fisco ao criar esse sistema foi simplificar a apuração de tributos para as empresas de pequeno e médio porte, já que nas empresas optantes pelo lucro presumido não se verificam as despesas só a receita.

Pohlman ainda afirma que nesse regime de tributação as empresas jamais apresentam prejuízo, diferentemente da tributação com base no lucro real.

O Regulamento do Imposto de Renda – RIR/99 declara:

A pessoa jurídica habilitada à opção pelo regime de tributação com base no lucro presumido deverá manter escrituração contábil nos termos da legislação comercial, salvo se mantiver Livro-caixa, no qual deverá estar escriturada toda a movimentação financeira, inclusive bancária. Outro livro obrigatório é o Livro Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término do ano calendário. (RIR/99, art. 527).

O lucro presumido é apurado trimestralmente, e sua opção é feita com o pagamento da primeira quota do imposto devido, correspondente ao primeiro período de apuração do ano calendário.

Para se identificar a base de cálculo, deve-se aplicar os percentuais presentes no artigo 15 da Lei 9.249 de 1.995 e o artigo 25 da Lei 9430 de 1.996 sobre a receita bruta auferida no trimestre. Em seguida são aplicados os percentuais do imposto de renda e adicional. No caso da contribuição social, os percentuais de presunção também podem variar conforme a atividade da empresa, e estão especificados no art. 29 da Lei 9.430 de 1996.

A vantagem em relação a esse modelo é que ele é simples e há a dispensa de uma contabilidade em dia para se apurar o lucro. Além disso, alguns tipos de atividade possuem uma alta margem de lucro e nesse caso, o recolhimento pelo lucro real acarretaria em uma maior oneração tributária.

2.4.3 Lucro Arbitrado

Oliveira et al (2011), explica que o lucro arbitrado é um recurso utilizado pelas autoridades fiscais na maioria das vezes como alternativa a ser aplicada na ausência de confiança na escrituração contábil do contribuinte, ou quando não há elementos suficientes para identificar a base de cálculo no lucro real ou presumido.

O artigo 530 do RIR/99 determina que será arbitrada a presunção para calcular o imposto devido trimestralmente nos casos em que o contribuinte obrigado ao lucro real não mantiver escrituração de acordo com as leis comerciais e fiscais, na falta de demonstrações contábeis e financeiras, se houver indícios de fraudes, vícios, erros, deficiências que não permitam se utilizar da escrituração, entre outros.

2.4.4 Simples Nacional

O simples nacional é uma forma de apuração e recolhimento de tributos instituída pela lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. Recentemente foi aprovada a Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, que trouxe alterações como novos limites de receita bruta para enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte e de microempreendedor individual, aplicação de sublimite para ICMS e ISS, enquadramento de outros tipos de atividades, redução de seis anexos de tributação para cinco, redução de 20 para seis faixas de receita bruta, progressividade no cálculo dos tributos, entre outras coisas.

De maneira geral, o cálculo leva em conta o faturamento dos últimos 12 meses anteriores ao período de apuração, para verificar em qual faixa a empresa se encaixa, aplica-se a fórmula $((RBT12 * Aliq) - PD) / RBT12$, onde “RBT12” é a receita bruta dos últimos 12 meses, “Aliq.” é a alíquota da faixa onde o faturamento dos últimos 12 meses se encaixa e “PD” é a parcela a Deduzir. Essa fórmula tem como resultado uma outra alíquota que é utilizada sobre o faturamento para se calcular o Simples Nacional devido no mês de apuração.

Os anexos no simples nacional são tabelas que possuem faixas de alíquotas diferentes, cada anexo é para um tipo de atividade, como comércio prestação de

serviços, indústria, entre outros, e as alíquotas variam de acordo com a soma da receita bruta dos últimos 12 meses.

O simples nacional engloba em uma guia tributos federais, estaduais, municipais, e encargos previdenciários, e nasceu conforme explica Alves (2017), com o intuito de incentivar empresas com baixo potencial arrecadatário a serem mais competitivas em relação a médias e grandes empresas. Também possibilitou uma minimização dos custos tributários tendo em vista a importância que elas têm para a economia, além de uma redução da burocracia.

(a) MEI – Microempreendedor Individual

O MEI é o empresário individual a que se refere o artigo 966 do Código Civil brasileiro. Ele foi introduzido pela Lei Complementar 128/08 e inserido na Lei Complementar 123/06 com intuito de formalizar pequenos empreendedores como costureiras, donos de quitandas, mecânicos, vendedores ambulantes, entre outros.

Suas principais características, de acordo com o Sebrae (2019), é possuir um faturamento de no máximo R\$ 81.000,00 no ano, não ter participação em nenhuma outra empresa como sócio e ter no máximo um empregado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria. Além disso, um profissional que possua profissão regulamentada não pode se enquadrar nessa opção, visto que o principal objetivo dessa modalidade é dar oportunidade de regularizar de forma acessível as pessoas que por um motivo ou outro abriram um negócio que seja mais prático e técnico.

2.5 PRINCIPAIS TRIBUTOS

É função do Estado cuidar para que o bem comum seja alcançado por todos para que estes por sua vez alcancem seus objetivos particulares, e para isso, são desenvolvidas atividades financeiras para obtenção, gestão e aplicação de recursos com vistas ao fim geral da sociedade que é o bem-estar comum a todos.

Os tributos são receitas arrecadadas pelo Poder Público para financiar a despesa pública, derivada das obrigações para com o Estado como a manutenção da

ordem, solução de litígios prestação de serviços públicos, fiscalização de atividades e realização de ações sociais em saúde e educação. (CREPALDI, 2017).

Crepaldi (2017) acrescenta que a tributação é um instrumento da sociedade, e que por meio dessas receitas é que podem ser feitas ações, e a manutenção das estruturas políticas e administrativas. A Receita Pública pode ser dividida em Originária e Derivada. Originária porque não resulta de qualquer ato de império, e é usualmente proveniente de meios próprios do Estado, como arrendamento, aluguel ou venda de bens públicos, etc. Derivada provém de bens e dos particulares que são compelidos a pagar, como os impostos, por exemplo.

A função básica do tributo é garantir recursos financeiros para o funcionamento do Estado e para interferir no domínio econômico gerando estabilidade, é uma receita derivada porque o cidadão tem a obrigação de conceder uma parte de suas posses para o custeio das atividades administrativas. (CREPALDI, 2017).

O Código Tributário Nacional o caracteriza da seguinte forma:

Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. (CTN/66, art. 527).

Em seu livro Manual de Contabilidade Tributária, Oliveira et al (2011), explica que há diferentes espécies de tributos, e que são os impostos, as taxas, as contribuições de melhoria e empréstimos compulsórios.

2.5.1 Impostos

Os impostos provêm de situação geradora independente de qualquer contraprestação do estado em favor do contribuinte. Segundo o artigo 16º do CTN, imposto “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte. Ou seja, ele incide autonomamente da vontade do agente pagador.

O site do Governo do Brasil diz que imposto é “um tributo que serve para custear parte das despesas de administração e dos investimentos do governo em

obras de infraestrutura e serviços essenciais à população, como saúde, segurança e educação”.

2.5.2 Taxas

As taxas têm vínculo à utilização efetiva ou potencial por parte do contribuinte, de serviços públicos, e conforme o Código Tributário Nacional no seu artigo 77 é um tributo cujo fato gerador é “o exercício regulador do poder de polícia, ou a utilização efetiva e potencial de serviço público específico e divisível”.

As taxas podem ser divididas em dois tipos: as taxas de fiscalização, que é exigida em virtude dos atos de polícia realizados pela administração pública, e as taxas de serviço e utilização, que são cobradas mediante prestação de um serviço público e específico.

As principais taxas são as taxas para emissão de documentos, taxa de licenciamento de veículos, taxas de registro do comércio, entre outras.

2.5.3 Contribuições de Melhoria

As contribuições de melhoria são cobradas quando há benefício dirigido aos contribuintes por obras públicas, ou seja, têm uma destinação específica e foram criados para atender determinadas demandas.

A definição de Contribuição de Melhoria trazido pelo CTN é:

A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. (CTN/66, art. 81).

Para ser exigido pelo poder público, portanto, a contribuição de melhoria deve atender a dois critérios: (1) realização de uma obra pública, e (2) valorização imobiliária decorrente desta obra. Sem esses dois quesitos, não é possível instituir esse tributo.

2.5.4 Empréstimos Compulsórios

Os empréstimos compulsórios servem para situações excepcionais, como calamidade pública, guerra, catástrofes, entre outros.

O Art. 15 do CTN diz que somente a União pode instituí-lo e a Lei fixará o prazo doo empréstimo e as condições do seu resgate.

2.5.5 Contribuições Sociais

O Supremo Tribunal Federal entende que são cinco as espécies tributárias: impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e empréstimos compulsórios (CREPALDI, 2017).

As contribuições sociais são fonte de financiamento da seguridade social que é descrito pela Constituição Federal, artigo 194 como “um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.”, e são exemplos de contribuições sociais o PIS e a COFINS.

2.6 PRINCIPAIS IMPOSTOS FEDERAIS

Compete à União a instituição de impostos sobre importação de produtos estrangeiros, de exportação de produtos nacionais, sobre rendas e proventos, produtos industrializados, operações de crédito, câmbio, propriedades territoriais rurais, entre outros.

Dentre os principais tributos federais pode-se destacar o imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ), e imposto sobre produtos industrializados (IPI).

O fato gerador do imposto de renda, conforme o Código Tributário Nacional, no artigo 43, é a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda. Ou seja, é a obtenção de um conjunto de bens, conforme afirma Oliveira (2011), valores e/ou títulos passíveis de serem convertidos em numerários.

O Imposto sobre produtos industrializados, conforme explica Oliveira et al (2011), incide sobre todos produtos manufaturados, nacionais ou estrangeiros, obedecidas as especificações contidas na Tabela de Incidência do IPI (TIPI).

2.7 PRINCIPAIS IMPOSTOS ESTADUAIS

Os tributos estaduais são de competência do estado e de acordo com o artigo 155, II, da Constituição Federal Brasileira, prevê esse tipo de cobrança, e diz que compete aos estados instituir impostos sobre operações relativas a circulação de mercadorias, e sobre prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação. Os principais impostos estaduais são o ICMS, o IPVA, e o ITCMD.

O ICMS, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, conforme Decreto 7871 de 02/10/2017, incide sobre:

- (a) Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- (b) Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
- (c) Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e a ampliação de comunicação de qualquer natureza;
- (d) Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios;
- (e) O fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, de competência tributária dos municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual;
- (f) A entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outras unidades federadas, destinados ao uso ou consumo ou ao ativo permanente;
- (g) Operações e prestações iniciadas em outra unidade federada que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado neste Estado (inciso VII do "caput" do art. 2º da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996).

A legislação do ICMS é muito extensa e complexa, e ela aumenta quando se trata de ICMS substituição tributária.

A Lei n. 14.260, de 23 de dez. de 2003 que consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, IPVA,

diz que esse imposto incide sobre a propriedade, domínio útil, ou posse de veículo automotor, e que não constitui contraprestação de serviços públicos específicos ao contribuinte.

A Lei 18.573 de 2015, entre outras coisas, dispõe sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e doação incide sobre a transmissão não onerosa de bens e direitos. Conforme seu art. 7º, o ITCMD incide sobre a transmissão por sucessão legítima, ou por testamento, mesmo sendo provisória, ou por doação, de propriedades, posse ou domínio de quaisquer bens e direitos, cessão, desistência, renúncia translativa, por ato gratuito, de direitos relativos à transmissões de bens e direitos, incide também sobre herança, bens atribuídos a cônjuge, na divisão de patrimônio comum, entre outras coisas. Sua alíquota é de 4% para qualquer transmissão.

2.8 PRINCIPAIS IMPOSTOS MUNICIPAIS

Pedro et al (2018), explica que os tributos municipais podem ser impostos, taxas e contribuições de melhoria, e cuja competência tributária é estabelecida aos municípios pela Constituição. Dentre os principais, destaca-se o IPTU, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana, o ITBI, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos, e o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ISS.

Os valores recolhidos a título de impostos, taxas e contribuições de melhoria são de uso direto do município, e para que eles sejam cobrados, deve haver uma lei municipal regulamentando.

2.9 O PERFIL DO EMPRESÁRIO

A atividade de empreender é tão antiga quanto os primórdios da humanidade. O homem é um ser social e desde muito cedo buscou maneiras de se reinventar de se manter, prover sustento para os seus de maneira criativa e inovadora. O termo empreendedor possuiu vários significados ao longo do tempo, mas a palavra tem origem francesa e significa fazer algo novo.

Empreendedorismo pode ser entendido como um processo de se utilizar de forma diferente do habitual os recursos com o objetivo de se extrair produtos ou serviços. Está ligado à inovação e produtividade.

Para Ahmad e Hoffman (2008), empreendedorismo é uma ferramenta de produtividade, que gera por sua vez competitividade e novos postos de trabalho.

Filion (1999) acrescenta que o empreendedor é uma pessoa criativa, cuja capacidade de estabelecer e atingir objetivos e utilizá-lo no âmbito dos negócios é marcada pelo contínuo aprendizado a respeito dessas oportunidades e das decisões tomadas de forma arriscada com intuito de buscar a inovação.

Conforme o DataSebrae, citando o IBGE, houve um aumento de 22% no número de empreendedores, entre 2001 e 2014, e estima-se que existam por volta de 24,9 milhões de pessoas nesse perfil.

Os empreendedores dividem-se em empresários, potenciais empresários e produtores rurais. Desses, por volta de 6,7 milhões são empresários, 13,7 são potenciais empresários, e 4,5 milhões são produtores rurais.

A pesquisa do Sebrae define como empresário aqueles que possuem empresa formalizada e com CNPJ, e a grande maioria dos empreendedores formalizados encontram-se na região Sul e Sudeste, com cerca de 72% do total do país.

Potenciais empresários são aqueles que possuem um negócio, mas que não é formalizado. E são a grande maioria das pessoas que se encaixam no perfil de empreendedores, um percentual de mais ou menos 55% do número absoluto.

Em relação ao grau de escolaridade, a média de estudo era de 7,9 anos, e 1/3 possuía ensino fundamental incompleto.

Pode-se caracterizar um pequeno negócio como empreendimentos com faturamento bruto anual de até R\$ 3,6 milhões. O Brasil possui hoje mais de 17,5 milhões de pequenos negócios, e por volta de 42,2% deles pertencem ao comércio, e 36,6% ao setor de serviços. Além disso, as pequenas empresas são responsáveis por 44,8% dos empregos formais.

Pela análise desses percentuais, percebe-se que os pequenos empreendimentos são responsáveis por uma parte considerável do PIB do país. Em 2015 uma pesquisa do Sebrae evidenciou que esse tipo de empresa foi responsável

por 27% do produto interno bruto, e devido a essa condição, merecem um olhar especial por parte dos contadores e escritórios de contabilidade. Apesar de serem um bom número, ainda é difícil competir com grandes organizações que possuem uma infraestrutura maior e mais adequada, e que por isso conseguem praticar preços mais atraentes.

2.9.1 Panorama Geral

Em 2016, o CEMPRE – Cadastro Central de Empresas possuía 4,5 milhões de empresas ativas que davam ocupação para 38,5 milhões de pessoas. Os salários totalizaram um valor de R\$ 1 trilhão, com salário médio mensal de R\$ 2.328,03. (IBGE, 2016). Ainda de acordo com o IBGE, 97,9% das empresas que entraram no mercado até 2016 possuíam no máximo nove empregados. O pessoal empregado nas empresas brasileiras era composto em sua maioria por homens, um percentual de 60,8% contra 39,2% de mulheres.

Em relação à atividade econômica, as que se destacaram foram Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas com 44,2%, indústria de transformação com 9,5% e alimentação com 7% do percentual de empresas sobreviventes e ativas do mercado.

Das empresas ativas em 2016, 50,1% encontravam-se na região Sudeste, 22,5% na Região Sul, 15,4% na Região Nordeste, 8,2% na região Centro-Oeste e 3,7% na Região Norte.

2.9.2 Perfil do Empresário por Atividade

De acordo com Silva et al (2012), as pequenas empresas representam a maioria dos estabelecimentos formais do Brasil, com percentuais de 96,37% nas indústrias, 99,2% no comércio e 97,43% no setor de serviços. Com relação à distribuição dos empregos, segundo o autor, 33,43% dá-se no setor industrial, 68,05% no comércio e 36,85% na prestação de serviços.

2.9.3 Perfil Demográfico do Empresário

A demografia é uma parte das Ciências Sociais que estuda o processo populacional humano, e se utiliza dados estatísticos e de estrutura da população para analisar e entender as informações colhidas para interpretá-las à luz do contexto de estudo, como por exemplo o perfil do empresário no país, que será apresentado na sequência.

(a) Sexo

De acordo com o Data Sebrae (2014), o número de mulheres empresárias cresceu em dois milhões de pessoas, passando de 29% do total de empresários regulares em 2001 para 31% dos mesmos.

Esse crescimento dá-se pelo fato de que a mulher passou a empreender não apenas para complementar a renda familiar, mas principalmente devido a uma mudança social, onde passou a conquistar seu espaço na economia. (Gomes, 2004).

Na região Sul, formado pelos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os percentuais de acordo com Vincentino et al (2016) é de 50,1% de homens e 49,9% de mulheres.

(b) Formação

Em 2014, os empreendedores tinham por volta de 7,9 anos de estudo, e 1/3 do total havia feito apenas o ensino fundamental, 30% possuía o ensino médio completo ou incompleto e 16% ensino superior incompleto ou mais.

Quanto maior a escolaridade, a tendência é empreender por oportunidade, não necessidade, e há maiores as chances da empresa sobreviver, pois há mais planejamento. (SEBRAE, 2014).

(c) Faixa Etária

De acordo com o Data Sebrae, a idade média é de 44,7 anos, e a faixa etária varia entre 35 e 44 anos, em 25% o total de empreendedores do Brasil. Em seguida, estão as pessoas entre 25 e 34 anos representando 19% do total. Outro percentual importante é o que representa a faixa etária de 45 a 54 anos que também é de 25%.

No sul do Brasil, de acordo com o estudo de Vicentino et al (2016), a faixa etária predominante em 2014 é de 18 a 34 anos, com um percentual de 52,8% do total.

2.9.4 Condições Limitantes

Em relação às condições limitantes para o empreendedorismo no Brasil, cerca de 70% das menções feitas por especialistas ouvidos pelo GEM em 2006 concentram-se em três condições: (i) Políticas Governamentais com 26,7% dos votos alegando uma legislação complexa, burocracia excessiva para abrir e operar um empreendimento e elevada carga tributária. (ii) Apoio financeiro (23,8%) diz respeito à falta de oportunidade de crédito, e (iii) educação e capacitação, que faz jus à qualidade, relevância e profundidade da educação e dos treinamentos voltados à criação e ao gerenciamento de novos negócios.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Rodrigues (2007), a pesquisa é a realização efetiva de uma investigação planejada, desenvolvida e elaborada de acordo com as normas da metodologia que foram corroboradas pela ciência.

A metodologia de pesquisa em um estudo acadêmico tem como objetivo o desenvolvimento dos procedimentos e técnicas para a produção do conhecimento.

Uma pesquisa científica na área de contabilidade, de acordo com Beuren (2006), pode ser agrupada em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, que abarca a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, pesquisa quanto aos procedimentos, que contempla o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental, e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que abarca a pesquisa quantitativa e qualitativa.

O trabalho a ser desenvolvida nas próximas páginas trata-se de um estudo a respeito da estruturação contábil como um meio para auxiliar o empresário através do planejamento tributário e seguiu os parâmetros de pesquisa elencados na sequência.

3.1 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS OBJETIVOS

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que cujo objetivo, segundo Raupp e Beuren (2006) descreve as características de um fenômeno ou população, e costuma coletar dados através de técnicas padronizadas.

Conforme explica Rodrigues (2007), a pesquisa descritiva observa fatos, através de registros que são analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador.

3.2 TIPOLOGIA DA PESQUISA QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Raupp e Bauren (2006), afirmam que uma pesquisa bibliográfica busca em documentos já publicados, como livros e artigos, referências a respeito do fenômeno investigado.

A pesquisa documental por sua vez, ainda citando as mesmas fontes do parágrafo anterior, utiliza-se de materiais que ainda não receberam tratamento analítico e que não receberam nenhuma análise aprofundada.

Nesse aspecto o presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

3.3 TIPOLOGIA QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como propósito observar características que não podem ser exploradas por uma abordagem quantitativa.

A pesquisa qualitativa conforme explicam Gerhardt e Silveira (2009), preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo, com a explicação da dinâmica das relações ou de determinado acontecimento e trata de aspectos da realidade que não podem ser quantificados.

3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS E INFORMAÇÕES

Os objetivos serão abordados através da pesquisa bibliográfica, documental e multi caso onde serão estudadas as demonstrações contábeis de cinco empresas da Região Metropolitana de Curitiba tributadas pelo Simples Nacional. Dessas empresas serão analisados dados como balanço patrimonial, demonstração de resultado, faturamento, folha de pagamento, possíveis formas diferentes de tributação e serão feitas algumas simulações com relação ao recolhimento de impostos, com o intuito de apresentar uma proposta de planejamento e estruturação contábil para as empresas estudadas.

4 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E ESTRUTURAÇÃO CONTÁBIL

Uma das principais dificuldades em relação às empresas com contabilidade terceirizada é a falta de habilidade em assimilar e manejar os instrumentos fornecidos pelo contabilista, e como consequência tem-se a não utilização das informações contábeis na tomada de decisões. Empreendedores de pequeno porte não costumam utilizar esse tipo de dados, não compreendem a importância de gerenciá-lo e não possuem recursos suficientes para investir nessas áreas. (MORAIS, 1999)

A afirmação de que os gestores não utilizam as informações contábeis na tomada de decisões é corroborada por pesquisas feitas por Albuquerque (2004), Lucena (2004), Oliveira (2001) entre outros que atestam que as decisões são tomadas através da intuição e da experiência.

Uma pesquisa realizada por Lima (2004) verificou que 80% dos gestores entrevistados não utilizam as informações contábeis na administração do negócio devido principalmente a falta de entender a forma como essas informações poderiam auxiliá-los na gestão do empreendimento.

Para contornar essa situação, faz-se necessário a adaptação de relatórios, além de orientação e instrução de forma que os gestores tomem conhecimento dessas ferramentas com vistas a buscar a melhor forma de tributação abarcando todos os aspectos do negócio.

Para exemplificar todo o estudo apresentado nos tópicos anteriores será apresentado o caso de cinco empresas de pequeno porte do ramo de comércio da região metropolitana de Curitiba. Todas as empresas são tributadas pelo Simples Nacional. Serão analisados fatores como faturamento, folha de pagamento, impostos incidentes, e será feita uma comparação entre os tributos que poderão impactar o lucro das empresas nos diferentes tipos de tributação.

4.1 EMPRESA 1

A empresa 1 está localizada na região metropolitana de Curitiba e sua atividade principal está voltada para o comércio varejista de artigos do vestuário e

acessórios infantis. A sociedade foi constituída em 2017 e tem como regime de tributação o Simples Nacional. Seu faturamento em 2018 foi de R\$ 1.062.737,20, mensalmente apresentou muita sazonalidade, tendo seu ápice em maio e dezembro.

QUADRO 1 – FATURAMENTO ANUAL

Mês	Total
Janeiro	37.754,80
Fevereiro	52.782,46
Março	76.693,10
Abril	84.831,49
Maio	105.768,35
Junho	91.575,55
Julho	60.148,20
Agosto	65.030,96
Setembro	71.135,53
Outubro	67.019,69
Novembro	82.967,50
Dezembro	267.029,57
Total	1.062.737,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Um aspecto importante para se aperfeiçoar o desempenho e a gestão empresarial, é acompanhar, analisar e prever épocas de sazonalidade, e épocas nas quais o faturamento da empresa, devido ao ramo de negócio, localização, e outras coisas, pode aumentar. Um estudo horizontal, ao longo dos anos, e um estudo vertical do faturamento entre os meses de um mesmo período é fundamental para entender em quais épocas as vendas pode aumentar, em quais épocas ela diminuiu, e assim, poder projetar planejamentos para os próximos exercícios, e inclusive trabalhar melhor o fluxo de caixa da empresa.

A seguir apresenta-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado referentes ao exercício de 2018.

QUADRO 2 – BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	649.107,73
1.1	Circulante	649.107,73
1.1.01	Disponível	326.563,36
1.1.02	Clientes	116.779,34
1.1.04	Outros Créditos	-
1.1.05	Estoques	205.765,03
1.1.06	Despesas Antecipadas	-
1.2	Não Circulante	-
1.2.01	Realizável a Longo Prazo	-
1.2.02	Imobilizado	-
2	PASSIVO	649.107,73
2.1	Passivo Circulante	85.041,60
2.1.01	Instituições Financeiras	-
2.1.02	Fornecedores	54.548,06
2.1.03	Obrigações Tributárias	19.961,55
2.1.04	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10.531,99
2.1.05	Outras Obrigações	-
2.2	Não Circulante	140.050,00
2.2.01	Empréstimos	-
2.2.02	Parcelamento de Impostos	-
2.2.03	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	140.050,00
2.4	Patrimônio Líquido	424.016,13
2.4.01	Capital Social	93.700,00
2.4.02	Reserva de Lucros	330.316,13
2.4.03	Outras Contas do Patrimônio Líquido	-

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

3.1	Receitas Operacionais	1.146.470,06
3.1.01	Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.062.737,20
3.1.02	(-) Deduções da Receita Bruta	85,80
3.1.03	(-) Impostos Incidentes	75.943,43
3.1.04	Outras Receitas Operacionais	7.703,63
3.2	(-) Custo da Mercadoria Vendida	- 603.161,49
3.3	(-) Despesas Operacionais	- 308.492,78
3.3.1	Despesas Administrativas	14.628,41
3.3.1.001	Despesas com Pessoal	125.309,15
3.3.2	Despesas Financeiras	23.812,20
3.3.2.001	Despesas Gerais	144.743,02
3.4	Outros Custos/Despesas Operacionais	-
4	Lucro Líquido do Exercício	234.815,79

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa apresenta Demonstrações Contábeis rudimentares, o que corrobora a cultura de não utilização da informação contábil como ferramenta na tomada de decisões.

Não há informações como imobilizado, e consequentemente depreciação, na Demonstração de Resultado, não há despesas com aluguel, o que nos leva a supor que o imóvel onde a empresa está situada pode ser familiar, ou está locado por pessoa física. Em uma empresa tributada pelo Lucro Real, o aluguel seria considerado uma despesa dedutível, e inclusive, se locado de outra pessoa jurídica, poderia-se tomar crédito de PIS e COFINS.

Outro aspecto importante a respeito do planejamento tributário, do gerenciamento de empresas e gestão contábil, é que o contador responsável pela contabilidade da entidade geralmente faz a declaração de imposto de renda dos sócios, e por isso acaba tendo um leque extenso de informações que pode utilizar para melhorar a gestão de impostos tanto na Pessoa Física quanto Jurídica.

O Quadro 4 apresenta o valor do Simples sob o faturamento em cada um dos meses de 2018.

QUADRO 4 – SIMPLES SOBRE FATURAMENTO

Mês	Total
Janeiro	2.806,94
Fevereiro	3.615,72
Março	5.321,54
Abril	5.803,20
Maio	7.299,85
Junho	6.413,35
Julho	4.237,82
Agosto	4.562,24
Setembro	4.979,59
Outubro	4.854,39
Novembro	6.189,93
Dezembro	19.858,86
Total	75.943,43

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Houve uma diferença significativa no valor do Simples de dezembro em relação aos demais meses, devido ao aumento do faturamento no mês. Para o micro e

pequeno empresário, os tributos são os grandes vilões que impedem o crescimento da empresa. Porém, são necessários e indispensáveis para o bom funcionamento da nação, e conseqüentemente do próprio negócio. Ter consciência desse aspecto é importante ao fazer o estudo tributário, já que evasão e elusão fiscal muitas vezes são confundidas com planejamento.

Evasão fiscal pode ser entendida como prática simultânea ou sequente à incidência do fato gerador e que se utiliza de técnicas proibidas em lei, como sonegação, fraude ou simulação. Não emitir Notas Fiscais de todas as vendas têm características de evasão e não pode ser considerada uma prática de planejamento tributário, apesar de ser um procedimento usual por muitos comerciantes.

Elusão fiscal é entendido como abuso das formas, e acontece quando há simulação de negócio jurídico, mascarando o fato gerador. Cabe ao Contador fazer um trabalho de conscientização e auxiliar o empresário em processos lícitos que além de minimizar o impacto tributário na empresa, ajude o negócio a crescer.

Os impostos incidentes sobre a Receita, de maneira geral são: ISS, ICMS, PIS, COFINS, e o Simples Nacional nessa modalidade de tributação. No caso da empresa 1, que é um comércio de roupas infantis e não presta serviços, a simulação de impostos incidentes deu-se apenas na esfera estadual e federal, e levou em consideração no lucro presumido o ICMS, com alíquota interna de 18%, PIS e COFINS com alíquotas de 0,65% e 3% respectivamente. No lucro real, levou-se em consideração o ICMS com alíquota interna de 18%, o PIS com alíquota de 1,65%, e COFINS com 7,6%.

Analisando os impostos incidentes sobre receita em cada uma das formas de tributação, com exceção do lucro arbitrado, e levando em consideração que se pode tomar crédito de ICMS no Lucro Presumido e de PIS, COFINS e ICMS no Lucro Real, o valor a ser recolhido em cada uma dessas modalidades é demonstrado nos Quadros 5, 6 e 7, juntamente com o percentual do valor do imposto a pagar sobre o faturamento. Os valores com sinal negativo indicam que houve crédito de imposto no mês.

QUADRO 5 – LUCRO REAL

Mês/ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	9,35%	3.529,49	37.754,80
fev/18	-5,71%	- 3.015,28	52.782,46
mar/18	-2,47%	- 1.897,01	76.693,10
abr/18	11,39%	9.664,01	84.831,49
mai/18	13,20%	13.958,71	105.768,35
jun/18	23,62%	21.630,11	91.575,55
jul/18	-10,72%	- 6.449,57	60.148,20
ago/18	5,07%	3.294,88	65.030,96
set/18	11,17%	7.946,33	71.135,53
out/18	7,75%	5.192,28	67.019,69
nov/18	19,33%	16.034,66	82.967,50
dez/18	25,56%	68.257,97	267.029,57
	13,00%	138.146,58	1.062.737,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 6 – LUCRO PRESUMIDO

Mês/ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	9,80%	3.700,89	37.754,80
fev/18	-0,12%	- 65,19	52.782,46
mar/18	1,79%	1.370,16	76.693,10
abr/18	11,17%	9.479,92	84.831,49
mai/18	12,37%	13.080,98	105.768,35
jun/18	19,25%	17.630,28	91.575,55
jul/18	-3,43%	- 2.064,85	60.148,20
ago/18	7,00%	4.550,06	65.030,96
set/18	10,95%	7.788,90	71.135,53
out/18	8,77%	5.875,98	67.019,69
nov/18	16,42%	13.620,02	82.967,50
dez/18	20,53%	54.834,41	267.029,57
	12,21%	129.801,56	1.062.737,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 7 – SIMPLES NACIONAL

Mês/ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	7,43%	2.806,94	37.754,80
fev/18	6,85%	3.615,72	52.782,46
mar/18	6,94%	5.321,54	76.693,10
abr/18	6,84%	5.803,20	84.831,49
mai/18	6,90%	7.299,85	105.768,35
jun/18	7,00%	6.413,35	91.575,55
jul/18	7,05%	4.237,82	60.148,20
ago/18	7,02%	4.562,24	65.030,96
set/18	7,00%	4.979,59	71.135,53
out/18	7,24%	4.854,39	67.019,69
nov/18	7,46%	6.189,93	82.967,50
dez/18	7,44%	19.858,86	267.029,57
	7,15%	75.943,43	1.062.737,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Apesar da possibilidade de tomar crédito de impostos na compra e abater dos impostos a recolher, na Empresa 1, o Simples acaba tendo um impacto menor sobre o faturamento, representando 7,15% das vendas anuais, contra 13% se a Empresa fosse tributada pelo Lucro Real, e 12,21% no Lucro Presumido.

Outro valor que impacta bastante na decisão de escolher um regime tributário acaba sendo os encargos sobre folha de pagamentos.

Um funcionário pode custar mais que o dobro de seu salário para uma empresa, ou seja, a remuneração paga equivale a um pouco mais que 30% do custo real, sendo o restante resultado dos tributos a serem recolhidos para a União. (FERNANDES, 2018).

QUADRO 8 – ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS

MÊS	ENCARGOS TRABALHISTAS										Nº	Nº
	BASE INSS FUNC.	BASE INSS SOCIOS	BASE FGTS	INSS FUNC. EMPRESA	INSS SOCIOS EMPRESA	INSS FUNC.	INSS SOCIOS	FGTS	IRRF Func.	Func.		
jan/18	8.190,77	937,00	8.190,77	2.277,03	187,40	652,78	103,07	655,26	26,63	5	1	
fev/18	6.254,00	937,00	6.254,00	1.738,61	187,40	446,96	103,07	500,32	-	5	1	
mar/18	5.978,52	937,00	5.978,52	1.662,03	187,40	403,31	103,07	478,28	-	4	1	
abr/18	6.481,67	937,00	6.481,67	1.801,90	187,40	412,92	103,07	518,53	-	5	1	
mai/18	6.552,63	937,00	6.552,63	1.821,63	187,40	417,54	103,07	524,21	-	5	1	
jun/18	6.846,84	937,00	6.846,84	1.903,42	187,40	441,07	103,07	547,75	-	4	1	
jul/18	8.771,34	937,00	8.771,34	2.438,43	187,40	650,91	103,07	701,71	-	6	1	
ago/18	9.631,00	937,00	9.631,00	2.677,42	187,40	740,49	103,07	770,48	-	6	1	
set/18	9.131,03	937,00	9.131,03	2.538,43	187,40	666,55	103,07	730,48	-	6	1	
out/18	9.614,50	937,00	9.614,50	2.672,83	187,40	714,73	103,07	769,16	-	6	1	
nov/18	10.521,00	937,00	10.521,00	2.924,84	187,40	912,53	103,07	841,68	-	7	1	
dez/18	14.415,25	937,00	14.415,25	4.007,44	187,40	1.232,22	103,07	1.153,22	65,27	8	1	
TOTAIS	102.388,55	11.244,00	102.388,55	28.464,02	2.248,80	7.692,01	1.236,84	8.191,08	91,90			

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Conforme Quadro 8 de encargos, se a empresa fosse tributada pelo Lucro Real ou Presumido, ela desembolsaria de INSS referente a parte da empresa R\$ 30.712,82, em contrapartida ao Simples onde não haveria recolhimento, apenas descontado a parte do funcionário e repassado à Seguridade Social.

Abaixo segue uma simulação da demonstração de resultado nas diferentes formas de tributação.

QUADRO 9 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL

Demonstrativo de Resultado SIMPLES		
Receita Operacional		1.062.737,20
	Venda	1.062.737,20
	Serviço	
Dedução de Receitas		75.943,43
	Impostos	75.943,43
Receita Líquida		994.411,60
Custos		603.161,49
Lucro Bruto		391.250,11
Despesas Operacionais		156.434,12
	Adm	38.440,61
	Pessoal	117.993,51
Lucro antes do IR/CS		234.815,99

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 10 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – LUCRO PRESUMIDO

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		1.062.737,20
	Venda	1.062.737,20
	Serviço	
Dedução de Receitas		230.082,60
	Impostos	230.082,60
Receita Líquida		840.272,43
Custos		603.161,49
Lucro Bruto		237.110,94
Despesas Operacionais		178.955,85
	Adm	38.440,61
	Pessoal	140.515,24
Lucro antes do IR/CS		58.155,08
IRPJ sobre Presunção		12.752,85
CSLL		11.477,56
Lucro Líquido		33.924,68

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 11 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – LUCRO REAL

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		1.062.737,20
	Venda	1.062.737,20
	Serviço	
Dedução de Receitas		289.595,89
	Impostos	289.595,89
Receita Líquida		780.759,14
Custos		603.161,49
Lucro Bruto		177.597,65
Despesas Operacionais		178.955,85
	Adm	38.440,61
	Pessoal	140.515,24
Prejuízo antes do IR/CS		-1.358,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O Impacto tributário em cada um dos regimes é relevante. Enquanto que no Simples Nacional a empresa tem um lucro contábil de R\$ 234.815,99, no Presumido o lucro passa a ser de R\$ 33.924,68 e no lucro Real a empresa tem um prejuízo contábil de R\$ 1358,20. Uma diferença de mais de R\$ 236.000,00 do regime atual para o regime menos vantajoso, e toda essa diferença dá-se exclusivamente pelos tributos, sobre faturamento, sobre folha e demais encargos, já que as demais despesas e custos permanecem as mesmas.

A seguir, na Quadro 12 é feita uma comparação dos valores a recolher referente a tributos no Simples Nacional, Lucro Real e Lucro Presumido.

QUADRO 12 – COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER

<u>COMPARATIVO</u>					
	ICMS	ISS	FEDERAIS	INSS/FGTS	TOTAL GERAL
SIMPLES	-	-	75.943,43	8.191,08	84.134,51
REAL	91.011,65	-	47.134,93	38.903,90	177.050,48
PRESUMIDO	91.011,65	-	63.020,32	38.903,90	192.935,87

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O Quadro acima demonstra os valores a serem recolhidos já descontados dos créditos quando é o caso, e o maior resultado acaba sendo do Lucro Presumido, já que não tem a possibilidade de se tomar créditos de PIS e COFINS nas compras. Entre o Simples Nacional e o Lucro Presumido há um aumento de 129% nos valores a serem recolhidos para os cofres públicos.

Sabendo que para esse negócio a tributação mais vantajosa ainda é o Simples Nacional, o planejamento faz-se necessário tendo em vista o processo de desenvolvimento da organização com metas e objetivos reais que a levem a um crescimento saudável, que abarque todos os aspectos da empresa.

A medida que a empresa cresce, a tributação muitas vezes muda, e hoje na Legislação do Simples Nacional há o desenquadramento estadual da empresa nesse tributo, conforme instituiu a Lei Complementar 155 de 27 de outubro de 2016 que a partir de R\$ 3,6 milhões deixa-se de recolher o ICMS junto do Simples Nacional.

Através do planejamento estratégico e tático, a empresa pode gerenciar seu crescimento, quando será necessário mudar de tributação, e organizar seu orçamento

para abarcar essas mudanças, fazendo com que seu fluxo de caixa não sofra um impacto negativo.

4.2 EMPRESA 2

A empresa 2 também está localizada na região metropolitana de Curitiba e sua atividade principal está voltada para o comércio de produtos para laboratórios. A sociedade foi constituída em 2004 e tem como regime de tributação o Simples Nacional. Seu faturamento em 2018 foi de R\$ 652.616,72, com seu recorde de vendas em outubro.

QUADRO 13 – FATURAMENTO ANUAL

Mês	Total
Janeiro	62.170,02
Fevereiro	55.424,01
Março	36.325,99
Abril	58.154,25
Maio	37.932,94
Junho	26.417,59
Julho	43.975,80
Agosto	47.277,85
Setembro	41.705,18
Outubro	132.781,56
Novembro	47.028,52
Dezembro	63.423,01
Total	652.616,72

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

De maneira geral a empresa apresenta um faturamento estático, o que demonstra estabilidade, mas também pode demonstrar falta de objetivos e de metas de crescimento. Muitos dos empresários acabam entrando em um negócio por necessidade e veem sua empresa apenas como uma forma de sustento para si e sua família, não como uma oportunidade de crescimento, e isso pode ser fatal no gerenciamento do negócio, pois para se manter no mercado é primordial ser competitivo, e na maioria dos casos, empresas pequenas não conseguem competir com grandes e multinacionais.

A seguir apresentam-se o Balanço Patrimonial no Quadro 14, e a Demonstração de Resultados no Quadro 15 referentes ao ano de 2018.

QUADRO 14 – BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	238.876,01
1.1	Circulante	198.044,88
1.1.01	Disponível	70.183,27
1.1.02	Clientes	63.324,31
1.1.05	Estoques	64.537,30
1.2	Não Circulante	40.831,13
1.2.01	Realizável a Longo Prazo	-
1.2.02	Imobilizado	40.831,13
2	PASSIVO	238.876,01
2.1	Passivo Circulante	38.209,61
2.1.01	Instituições Financeiras	-
2.1.02	Fornecedores	29.784,25
2.1.03	Obrigações Tributárias	4.083,96
2.1.04	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	4.341,40
2.1.05	Outras Obrigações	-
2.2	Não Circulante	-
2.2.01	Empréstimos	-
2.4	Patrimônio Líquido	200.666,40
2.4.01	Capital Social	10.000,00
2.4.02	Reserva de Lucros	190.666,40

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 15 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO		
3.1	Receitas Operacionais	613.522,84
3.1.01	Receita Bruta de Vendas e Serviços	652.616,72
3.1.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-
3.1.03	(-) Impostos Incidentes	40.047,51
3.1.04	Outras Receitas Operacionais	953,63
3.2	(-) Custo da Mercadoria Vendida	387.364,06
3.3	(-) Despesas Operacionais	88.570,58
3.3.1	Despesas Administrativas	28.458,31
3.3.1.001	Despesas com Pessoal	53.210,16
3.3.2	Despesas Financeiras	6.902,11
3.4	Outros Custos/Despesas Operacionais	-
4	Lucro Líquido do Exercício	137.588,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa não apresenta nenhum tipo de endividamento bancário e tributário, e sua maior concentração de ativo se dá em caixa, bancos e aplicações de liquidez

imediate, com uma representação de 29% do ativo total. A organização apresenta folga financeira, mas também pode ser entendido como uma falta de planejamento financeiro, já que o custo de oportunidade diz que se deixa de obter um ganho com esse dinheiro não aplicado, além da própria perda de valor causada pela inflação.

Nesse sentido, um estudo sobre as possibilidades de investimento tendo em conta as necessidades de caixa da empresa, acaba sendo essencial para maximizar os resultados. Além disso, existe a possibilidade de estudar as perspectivas de mercado, alinhar com o planejamento de crescimento da empresa, para pensar em formas de investir esse dinheiro na própria organização.

Abaixo, no Quadro 16, demonstra-se o Simples Nacional em 2018. Os valores recolhidos variaram entre R\$ 1.600,89 a R\$ 4.083,96, com seu maior valor em outubro, R\$ 8.151,91, devido ao elevado faturamento nessa época.

QUADRO 16 – SIMPLES SOBRE FATURAMENTO

Mês	Total
Janeiro	3.841,14
Fevereiro	3.404,03
Março	2.217,21
Abril	3.586,37
Maio	2.199,97
Junho	1.600,89
Julho	2.695,31
Agosto	2.907,08
Setembro	2.555,47
Outubro	8.151,91
Novembro	2.804,17
Dezembro	4.083,96
Total	40.047,51

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A seguir, nos Quadros 17, 18 e 19, é feita uma comparação percentual entre os impostos a recolher e o valor do faturamento nas três modalidades de tributação. Os impostos que permitem crédito apresentam os valores líquidos dos tributos a recuperar. Valores negativos representam cumulatividade de crédito para os meses subsequentes.

QUADRO 17 – LUCRO REAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	11,04%	6.860,64	62.170,02
fev/18	10,77%	5.966,86	55.424,01
mar/18	5,58%	2.026,30	36.325,99
abr/18	13,90%	8.082,84	58.154,25
mai/18	6,85%	2.597,01	37.932,94
jun/18	11,78%	3.111,19	26.417,59
jul/18	11,41%	5.017,61	43.975,80
ago/18	6,72%	3.177,45	47.277,85
set/18	6,73%	2.807,82	41.705,18
out/18	12,27%	16.289,06	132.781,56
nov/18	9,67%	4.545,64	47.028,52
dez/18	14,84%	9.410,24	63.423,01
	10,71%	69.892,65	652.616,72

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 18 – LUCRO PRESUMIDO

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	10,84%	6.736,58	62.170,02
fev/18	10,72%	5.942,50	55.424,01
mar/18	7,28%	2.646,33	36.325,99
abr/18	12,79%	7.439,73	58.154,25
mai/18	8,08%	3.064,11	37.932,94
jun/18	11,53%	3.044,74	26.417,59
jul/18	11,15%	4.902,08	43.975,80
ago/18	8,16%	3.857,05	47.277,85
set/18	8,09%	3.374,59	41.705,18
out/18	11,73%	15.570,51	132.781,56
nov/18	10,02%	4.710,28	47.028,52
dez/18	13,42%	8.512,84	63.423,01
	10,70%	69.801,34	652.616,72

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 19 – SIMPLES NACIONAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	6,18%	3.841,14	62.170,02
fev/18	6,14%	3.404,03	55.424,01
mar/18	6,10%	2.217,21	36.325,99
abr/18	6,17%	3.586,37	58.154,25
mai/18	5,80%	2.199,97	37.932,94
jun/18	6,06%	1.600,89	26.417,59
jul/18	6,13%	2.695,31	43.975,80
ago/18	6,15%	2.907,08	47.277,85
set/18	6,13%	2.555,47	41.705,18
out/18	6,14%	8.151,91	132.781,56
nov/18	5,96%	2.804,17	47.028,52
dez/18	6,44%	4.083,96	63.423,01
	6,14%	40.047,51	652.616,72

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A diferença entre os impostos a serem recolhidos no Lucro Real e no Lucro Presumido é de apenas 0,01%. Levando em consideração que são apenas os impostos sobre faturamento: ICMS, PIS e COFINS, a diferença se dá nas alíquotas, PIS e COFINS no lucro presumido são 0,65% e 3%, e no lucro real são 1,65% e 7,6% com a diferença que o lucro real permite a tomada de crédito na compra de insumos.

O Simples Nacional a recolher representa 6,14% do faturamento anual, permitindo que a empresa trabalhe bem a sua margem de lucro.

Os Encargos sobre folha de pagamento são apresentados no Quadro 20, que contempla valores que seriam pagos pela empresa se ela fosse tributada pelo Lucro Presumido ou Lucro Real e os valores que são descontos dos colaboradores. A empresa em questão possui apenas um funcionário no decorrer do ano calendário, como se pode perceber na coluna à direita.

QUADRO 20 – ENCARGOS SOBRE FOLHA

ENCARGOS TRABALHISTAS											
MÊS	BASE INSS FUNC.	BASE INSS SOCIOS	BASE FGTS	INSS FUNC. EMPRESA	INSS SOCIOS EMPRESA	INSS FUNC.	INSS SOCIOS	FGTS	IRRF Func.	Nº Func.	Nº Socios
jan/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
fev/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
mar/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
abr/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
mai/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
jun/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
jul/18	2.738,67	1.908,00	2.738,67	761,35	381,60	246,48	209,88	219,09	-	1	2
ago/18	2.054,00	1.908,00	2.054,00	571,01	381,60	184,86	209,88	164,32	-	1	2
set/18	2.488,00	1.908,00	2.488,00	691,66	381,60	223,92	209,88	199,04	-	1	2
out/18	2.116,00	1.908,00	2.116,00	588,25	381,60	190,44	209,88	169,28	-	1	2
nov/18	2.116,00	1.908,00	2.116,00	588,25	381,60	190,44	209,88	169,28	-	1	2
dez/18	2.116,00	1.908,00	2.116,00	588,25	381,60	190,44	209,88	169,28	-	1	2
TOTAIS	25.952,67	22.896,00	25.952,67	7.214,84	4.579,20	2.335,74	2.518,56	2.076,21	-		

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa não apresenta necessidade de funcionários, já que durante o ano todo teve apenas uma pessoa em sua folha de pagamentos, além dos sócios.

Em empresas de pequeno porte, muitas vezes os objetivos e metas se mesclam com os objetivos e necessidades dos donos do negócio. Devido a isso, é importante que o dono do negócio as tenha estabelecido em sua vida pessoal e alinhe as da empresa com as suas. A empresa, enquanto um ente social, que tem sob sua responsabilidade muitas vezes outras células sociais, como famílias de seus empregados, tem como dever, e deve estar em seus princípios norteadores, a clareza em suas ações e isso deve transparecer no relacionamento com seus funcionários, e estes por sua vez, devem estar com seus objetivos e metas pessoais alinhados com as metas da empresa, para que em nenhum momento isso possa de alguma forma atrapalhar o crescimento de algum dos lados.

Abaixo, nos Quadros 21, 22 e 23, são apresentadas mais uma vez a Demonstração do Resultado apurada pela empresa em 2018, e duas alternativas nas modalidades de tributação do Lucro Real e Presumido.

QUADRO 21 – SIMPLES NACIONAL

Receita Operacional	652.616,72
Venda	652.616,72
Serviço	
Dedução de Receitas	40.047,51
Impostos	40.047,51
Receita Líquida	613.522,84
Custos	387.364,06
Lucro Bruto	226.158,78
Despesas Operacionais	88.570,58
Adm	35.360,42
Pessoal	53.210,16
Lucro antes do IR/CS	137.588,20

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 22 – LUCRO PRESUMIDO

Receita Operacional	652.616,72
Venda	652.616,72
Serviço	
Dedução de Receitas	141.291,52
Impostos	141.291,52
Receita Líquida	512.278,83
Custos	387.364,06
Lucro Bruto	124.914,77
Despesas Operacionais	100.364,62
Adm	35.360,42
Pessoal	65.004,20
Lucro antes do IR/CS	24.550,15
IRPJ sobre Presunção	7.831,40
CSLL	7.048,26
Lucro Líquido	9.670,49

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 23 - LUCRO REAL

Receita Operacional	652.616,72
Venda	652.616,72
Serviço	
Dedução de Receitas	177.838,06
Impostos	177.838,06
Receita Líquida	475.732,29
Custos	387.364,06
Lucro Bruto	88.368,23
Despesas Operacionais	100.364,62
Adm	35.360,42
Pessoal	65.004,20
Prejuízo antes do IR/CS	-11.996,39

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

No exercício de 2018, a Empresa 2 teve um lucro de R\$ 137.588,20, em contrapartida se ela fosse tributada pelo Lucro Presumido seu lucro cairia para R\$ 9.670,49, uma queda de 92,97 pontos percentuais em relação ao lucro no simples nacional. Se a empresa fosse tributada pelo Lucro Real, ela teria um prejuízo de R\$ R\$11.996,39. A diferença se dá somente na forma de tributação dos impostos incidentes sobre faturamento e sobre folha de pagamento.

Abaixo encontra-se o demonstrativo dos tributos a recolher em cada regime.

QUADRO 24 – COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER

<u>COMPARATIVO</u>					
	ICMS	ISS	FEDERAIS	INSS/FGTS	TOTAL GERAL
SIMPLES	-	-	40.047,51	2.076,21	42.123,72
REAL	46.788,03	-	23.104,62	13.870,26	83.762,91
PRESUMIDO	46.788,03	-	37.892,97	13.870,26	98.551,26

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O negócio de produtos de laboratório, mesmo em baixa escala demonstra ter lucratividade, e como está relacionada a área da saúde, que é uma necessidade básica, tem chances de prosperar.

Nesse caso em específico, cabe pensar em planejamento empresarial antes de qualquer outra coisa, e principalmente em planejamento estratégico, que é entendido como técnica de análise do ambiente da organização para se ter consciência das oportunidades, ameaças, pontos fortes e pontos fracos (ALMEIDA, 1991). Assim, a gestão da empresa terá consciência das decisões a serem tomadas que a levem a melhorar o seu passado.

4.3 EMPRESA 3

A Empresa 3 tem como objeto o comércio de produtos alimentícios. Seu CNAE principal é o 47.21-1-02 – Padaria e Confeitaria com predominância de Revenda, e está localizada no município de São José dos Pinhais.

Nos Quadros a seguir serão apresentadas as principais informações contábeis sobre a empresa.

QUADRO 25 – FATURAMENTO ANUAL

Mês	Total
Janeiro	99.518,54
Fevereiro	117.220,12
Março	145.328,37
Abril	132.406,64
Maio	128.504,30
Junho	160.038,04
Julho	135.126,95
Agosto	150.939,72
Setembro	139.647,71
Outubro	129.636,78
Novembro	123.294,69
Dezembro	86.395,94
Total	1.548.057,80

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O faturamento anual de maneira geral foi homogêneo, variando de R\$ 86.000,00 a R\$ 150.000,00, o que demonstra que esse ramo de comércio não apresenta sazonalidade como em outras áreas.

A seguir, nos Quadros 26 e 27 são apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados encerrados em 2018.

QUADRO 26 – BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	1.026.519,23
1.1	Circulante	418.761,88
1.1.01	Disponível	182.730,89
1.1.02	Clientes	182.936,25
1.1.04	Clientes	6.169,45
1.1.05	Estoques	46.925,29
1.1.06	Despesas Antecipadas	-
1.2	Não Circulante	607.757,35
1.2.01	Realizável a Longo Prazo	7.485,83
1.2.02	Imobilizado	600.271,52
2	PASSIVO	1.026.519,23
2.1	Passivo Circulante	101.574,25
2.1.01	Instituições Financeiras	-
2.1.02	Fornecedores	48.426,43
2.1.03	Obrigações Tributárias	9.040,66
2.1.04	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	24.285,56
2.1.05	Outras Obrigações	19.821,60
2.2	Não Circulante	62.768,30
2.2.01	Empréstimos	-
2.2.02	Parcelamento de Impostos	62.768,30
2.2.03	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-
2.4	Patrimônio Líquido	862.176,68
2.4.01	Capital Social	50.000,00
2.4.02	Reserva de Lucros	812.176,68
2.4.03	Outras Contas do Patrimônio Líquido	-

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 27 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

3.1	Receitas Operacionais	1.410.094,19
3.1.01	Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.548.057,80
3.1.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-
3.1.03	(-) Impostos Incidentes	140.346,73
3.1.04	Outras Receitas Operacionais	2.383,12
3.2	(-) Custo da Mercadoria Vendida	533.687,83
3.3	(-) Despesas Operacionais	852.453,94
3.3.1	Despesas Administrativas	132.236,59
3.3.1.001	Despesas com Pessoal	539.853,58
3.3.2	Despesas Financeiras	42.026,69
3.3.2.001	Despesas Gerais	138.337,08
3.4	Outros Custos/Despesas Operacionais	-
4	Lucro Líquido do Exercício	23.952,42

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa apresentou um lucro de R\$ 23.952,42 em detrimento de um faturamento de R\$ 1.548.057,80, esse lucro líquido representa 1,54% do faturamento. Percebe-se pela Demonstração de Resultado que seus maiores gastos se dão na folha de pagamentos e no Custo da Mercadoria vendida, que representam cada um mais de 34% do faturamento bruto. Juntos o percentual chega a 76% do faturamento, uma margem apertada para buscar lucro.

Na sequência demonstra-se o valor do Simples Nacional no ano de 2018.

QUADRO 28 – SIMPLES SOBRE FATURAMENTO

Mês	Total
Janeiro	8.686,00
Fevereiro	10.604,91
Março	13.372,40
Abril	12.179,47
Maio	11.761,49
Junho	14.471,67
Julho	12.290,61
Agosto	13.727,55
Setembro	12.648,23
Outubro	11.733,94
Novembro	11.098,12
Dezembro	7.770,48
Total	140.344,87

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Foi feita a simulação de valores a desembolsar referente a impostos sobre faturamento em cada uma das modalidades de tributação, e o percentual que representa sobre o faturamento. Os valores são demonstrados na sequência, nos Quadros 29, 30 e 31.

QUADRO 29 – LUCRO REAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	14,56%	14.487,03	99.518,54
fev/18	12,23%	14.335,99	117.220,12
mar/18	14,52%	21.100,14	145.328,37
abr/18	12,87%	17.041,14	132.406,64
mai/18	14,40%	18.504,48	128.504,30
jun/18	12,01%	19.218,33	160.038,04
jul/18	13,42%	18.132,40	135.126,95
ago/18	13,02%	19.651,32	150.939,72
set/18	12,51%	17.468,67	139.647,71
out/18	13,63%	17.663,04	129.636,78
nov/18	14,66%	18.070,54	123.294,69
dez/18	13,26%	11.457,25	86.395,94
	13,38%	207.130,33	1.548.057,80

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 30 – LUCRO PRESUMIDO

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	13,10%	13.032,88	99.518,54
fev/18	13,81%	16.188,81	117.220,12
mar/18	14,77%	21.467,66	145.328,37
abr/18	13,50%	17.873,70	132.406,64
mai/18	14,50%	18.630,38	128.504,30
jun/18	13,06%	20.903,16	160.038,04
jul/18	13,83%	18.689,36	135.126,95
ago/18	13,60%	20.533,05	150.939,72
set/18	13,14%	18.345,66	139.647,71
out/18	13,87%	17.976,13	129.636,78
nov/18	14,65%	18.068,63	123.294,69
dez/18	13,85%	11.968,76	86.395,94
	13,80%	213.678,19	1.548.057,80

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 31 – SIMPLES NACIONAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	8,73%	8.686,00	99.518,54
fev/18	9,05%	10.604,91	117.220,12
mar/18	9,20%	13.372,40	145.328,37
abr/18	9,20%	12.179,47	132.406,64
mai/18	9,15%	11.761,49	128.504,30
jun/18	9,04%	14.471,67	160.038,04
jul/18	9,10%	12.290,61	135.126,95
ago/18	9,09%	13.727,55	150.939,72
set/18	9,06%	12.648,23	139.647,71
out/18	9,05%	11.733,94	129.636,78
nov/18	9,00%	11.098,12	123.294,69
dez/18	8,99%	7.770,48	86.395,94
	9,07%	140.344,87	1.548.057,80

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A modalidade com uma carga tributária a recolher de tributos sobre faturamento continua sendo o Simples Nacional, com 9,07% contra o Lucro Presumido com percentual de 13,80% e o Lucro Real de 13,38%.

Como dito anteriormente, os encargos sobre folha de pagamento muitas vezes são decisivos ao se pensar em uma forma de tributação que seja menos onerosa para a empresa. O Quadro abaixo demonstra os encargos que seriam recolhidos sobre folha de pagamentos, caso a tributação fosse outra que não o Simples Nacional.

QUADRO 32– ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS

ENCARGOS TRABALHISTAS											
MÊS	BASE INSS	BASE INSS	BASE FGTS	INSS FUNC.	INSS SOCIOS	INSS	INSS	FGTS	IRRF	Nº	Nº
	FUNC.	SOCIOS		EMPRESA	EMPRESA	FUNC.	SOCIOS		Func.	Func.	Socio
jan/18	40.345,77	-	40.345,77	11.216,12	-	3.715,25	-	3.227,66	122,73	20	0
fev/18	39.964,44	-	39.964,44	11.110,11	-	3.749,35	-	3.197,16	430,27	20	0
mar/18	39.817,23	-	39.817,23	11.069,19	-	3.654,97	-	3.185,38	435,82	20	0
abr/18	37.317,46	-	37.317,46	10.374,25	-	3.401,80	-	2.985,40	322,57	20	0
mai/18	38.287,56	-	38.287,56	10.643,94	-	3.586,17	-	3.063,00	369,35	20	0
jun/18	35.791,17	-	35.791,17	9.949,95	-	3.313,03	-	2.863,29	349,45	18	0
jul/18	33.399,09	-	33.399,09	9.284,95	-	3.035,62	-	2.671,93	158,67	19	0
ago/18	33.970,09	-	33.970,09	9.443,69	-	3.079,60	-	2.717,61	190,24	19	0
set/18	33.936,49	-	33.936,49	9.434,34	-	3.068,84	-	2.714,92	354,17	19	0
out/18	33.069,29	-	33.069,29	9.193,26	-	2.997,69	-	2.645,54	322,03	19	0
nov/18	37.357,99	-	37.357,99	10.385,52	-	3.394,41	-	2.988,64	587,74	19	0
dez/18	35.420,26	-	35.420,26	9.846,83	-	3.361,89	-	2.833,62	468,60	19	0
			-	-	-	-	-	-			
TOTAIS	438.676,84	-	438.676,84	121.952,16	-	40.358,62	-	35.094,15	4.111,64		

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Se tributada pelo Lucro real ou Presumido, a empresa pagaria mais R\$ 40.358,62 referentes a parte da empresa de INSS. Em um faturamento de R\$ 1,5 milhões esse valor representa pouco mais de 3% do faturamento, porém, em uma empresa com uma margem de lucro tão estreita, e com custos tão altos, é um valor representativo, principalmente porque a folha de pagamentos acaba sendo um custo significativo na busca do lucro.

Na sequência demonstra-se o resultado do exercício em cada uma das formas de tributação. Conforme explicação anterior sobre o elevado custo de empregados e sua representatividade em relação ao faturamento na apuração do lucro da empresa em 2018, fica-se ciente de que na tributação do lucro real esse valor aumenta mais ainda, já que há toda a carga previdenciária sobre salários e ordenados que não existe em uma empresa tributada pelo Simples Nacional.

QUADRO 33 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL

Demonstrativo de Resultado SIMPLES		
Receita Operacional		1.548.057,80
	Venda	1.548.057,80
	Serviço	
Dedução de Receitas		140.346,73
	Impostos	140.346,73
Receita Líquida		1.410.094,19
Custos		533.687,83
Lucro Bruto		876.406,36
Despesas Operacionais		852.453,94
	Adm	312.600,36
	Pessoal	539.853,58
Lucro antes do IR/CS		23.952,42

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 34 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO PRESUMIDO

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		1.548.057,80
	Venda	1.548.057,80
	Serviço	
Dedução de Receitas		335.154,51
	Impostos	335.154,51
Receita Líquida		1.215.286,41
Custos		533.687,83
Lucro Bruto		681.598,58
Despesas Operacionais		974.406,10
	Adm	312.600,36
	Pessoal	661.805,74
Lucro antes do IR/CS	-	292.807,53
IRPJ sobre Presunção		18.576,69
CSLL		16.719,02
Lucro Líquido	-	328.103,24

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 35 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		1.548.057,80
	Venda	1.548.057,80
	Serviço	
Dedução de Receitas		421.845,75
	Impostos	421.845,75
Receita Líquida		1.128.595,17
Custos		533.687,83
Lucro Bruto		594.907,34
Despesas Operacionais		974.406,10
	Adm	312.600,36
	Pessoal	661.805,74
Prejuízo antes do IR/CS		-379.498,76

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Por fim, foi feito um demonstrativo de tributos a serem pagos em cada uma das modalidades.

O lucro contábil atual da empresa foi de R\$ 23.952,42, que representa 1,55% do faturamento da empresa que foi R\$ 1.548.057,80. Tributada pelo Lucro Real a empresa teria um prejuízo de R\$ 379.498,76, e no lucro Presumido, o prejuízo seria de R\$ 328.103,24. Apesar de estar com prejuízo nas duas modalidades de tributação, no lucro presumido a empresa ainda pagaria Imposto de Renda e Contribuição Social, pois o cálculo parte de uma presunção de lucro que a empresa teria.

O Quadro 36 demonstra comparativamente os valores a recolher de tributos em cada modalidade. De R\$ 175.439,02 que ela recolhe estando no Simples Nacional, ela passaria a recolher no lucro real, mais da metade do que recolhe atualmente, R\$ 364.176,64. No Presumido o desembolso com tributos seria de R\$ 406.020,22.

QUADRO 36 – COMPARATIVOS DE TRIBUTOS A RECOLHER

<u>COMPARATIVO</u>					
	ICMS	ISS	FEDERAIS	INSS/FGTS	TOTAL GERAL
SIMPLES	-	-	140.344,87	35.094,15	175.439,02
REAL	190.563,04	-	16.567,29	157.046,31	364.176,64
PRESUMIDO	190.563,04	-	58.410,87	157.046,31	406.020,22

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Pela demonstração de resultado, percebemos que a empresa tem capacidade de faturamento, porém, tem um custo alto de mão de obra, e de matéria-prima. O planejamento empresarial se daria principalmente em uma gestão eficaz de custos, através de uma análise de todos os gastos referentes às linhas de produção da organização.

4.4 EMPRESA 4

A empresa 4 está no mercado a 12 anos e tem como atividade principal o comércio varejista de artigos do vestuário, acessórios, calçados, brinquedos e artigos

recreativos para crianças. Seu faturamento em 2018 foi de R\$ 3.824.433,16, com um total de R\$ 368.507,36 recolhidos aos cofres federais na modalidade de Simples Nacional.

O Quadro 37 mostra o faturamento anual por meses da empresa.

QUADRO 37 – FATURAMENTO ANUAL

Mês	Total
Janeiro	360.049,90
Fevereiro	252.983,48
Março	274.526,21
Abril	240.681,54
Maio	246.810,27
Junho	396.765,84
Julho	381.861,40
Agosto	361.605,57
Setembro	333.522,64
Outubro	339.066,23
Novembro	294.543,39
Dezembro	342.016,69
Total	3.824.433,16

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa apresentou homogeneidade no faturamento, sem grandes mudanças ao longo do exercício.

Os Quadros 38 e 39 representam respectivamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Faturamento encerrados em 2018.

QUADRO 38 – BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	2.882.528,91
1.1	Circulante	2.720.031,91
1.1.01	Disponível	207.106,48
1.1.02	Clientes	1.283.178,16
1.1.04	Outros Créditos	1.139.489,04
1.1.05	Estoques	86.131,53
1.1.06	Despesas Antecipadas	4.126,70
1.2	Não Circulante	162.497,00
1.2.01	Realizável a Longo Prazo	78.000,00
1.2.02	Imobilizado	84.497,00

2	PASSIVO	2.882.528,91
2.1	Passivo Circulante	963.027,60
2.1.01	Instituições Financeiras	89.762,46
2.1.02	Fornecedores	421.698,13
2.1.03	Obrigações Tributárias	123.553,05
2.1.04	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	16.291,64
2.1.05	Outras Obrigações	311.722,32
2.2	Não Circulante	514.324,19
2.2.01	Empréstimos	30.565,08
2.2.02	Parcelamento de Impostos	483.759,11
2.2.03	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	
2.4	Patrimônio Líquido	1.405.177,12
2.4.01	Capital Social	10.000,00
2.4.02	Reserva de Lucros	1.395.177,12
2.4.03	Outras Contas do Patrimônio Líquido	

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 39 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

3.1	Receitas Operacionais	3.184.729,37
3.1.01	Receita Bruta de Vendas e Serviços	4.342.940,27
3.1.02	(-) Deduções da Receita Bruta	542.380,74
3.1.03	(-) Impostos Incidentes	965.364,41
3.1.04	Outras Receitas Operacionais	349.534,25
3.2	(-) Custo da Mercadoria Vendida	1.068.243,47
3.3	(-) Despesas Operacionais	673.698,09
3.3.1	Despesas Administrativas	44.904,75
3.3.1.001	Despesas com Pessoal	348.984,84
3.3.2	Despesas Financeiras	248.438,44
3.3.2.001	Despesas Gerais	31.370,06
3.4	Outros Custos/Despesas Operacionais	-
4	Lucro Líquido do Exercício	1.442.787,81

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A empresa 4 obteve um lucro líquido de R\$ 1.442.787,81, que representa pouco mais que 33% do seu faturamento bruto. Uma margem bastante positiva tendo em vista a economia no ano de 2018. Isso se deu principalmente pelo fato do público alvo da empresa que busca fidelização do comprador da classe média alta.

A empresa possui em seu Patrimônio Líquido quase R\$ 1,4 milhões de reserva, e de clientes a receber tem um saldo de R\$ 1.283.178,16. Para se ter informações mais precisas a respeito do contas a receber, faz-se necessário um

estudo dos prazos médios de pagamento de compras, recebimento de vendas, giro do ativo entre outros, porém, faz necessário calcular e contabilizar uma provisão para devedores duvidosos e se for o caso, ter valores mais precisos e uma liquidez mais acurada.

Nos Quadros 40, 41 e 42 mostra-se o valor dos impostos recolhidos (Simples Nacional) e dos valores a serem recolhidos caso a empresa tivesse outra modalidade de tributação (Lucro Real e Presumido), e então compara-se com o valor do faturamento apresentado.

QUADRO 40 – SIMPLES NACIONAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	10,55%	37.980,10	360.049,90
fev/18	10,73%	27.134,95	252.983,48
mar/18	10,42%	28.606,48	274.526,21
abr/18	10,08%	24.270,39	240.681,54
mai/18	9,81%	24.209,60	246.810,27
jun/18	9,35%	37.084,78	396.765,84
jul/18	9,37%	35.766,05	381.861,40
ago/18	9,18%	33.183,03	361.605,57
set/18	9,26%	30.879,27	333.522,64
out/18	9,31%	31.560,68	339.066,23
nov/18	9,16%	26.985,03	294.543,39
dez/18	9,02%	30.847,00	342.016,69
	9,64%	368.507,36	3.824.433,16

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 41 – LUCRO REAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	19,50%	70.194,16	360.049,90
fev/18	12,45%	31.504,29	252.983,48
mar/18	13,95%	38.284,18	274.526,21
abr/18	22,41%	53.943,76	240.681,54
mai/18	24,95%	61.570,81	246.810,27
jun/18	24,62%	97.672,60	396.765,84
jul/18	20,34%	77.670,16	381.861,40
ago/18	20,20%	73.044,43	361.605,57
set/18	19,01%	63.395,91	333.522,64
out/18	14,84%	50.328,60	339.066,23
nov/18	14,35%	42.258,77	294.543,39
dez/18	17,78%	60.800,10	342.016,69
	18,84%	720.667,78	3.824.433,16

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 42 – LUCRO PRESUMIDO

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	16,61%	59.818,36	360.049,90
fev/18	11,49%	29.056,54	252.983,48
mar/18	12,37%	33.962,64	274.526,21
abr/18	18,57%	44.686,74	240.681,54
mai/18	20,25%	49.977,20	246.810,27
jun/18	20,00%	79.361,22	396.765,84
jul/18	16,92%	64.613,00	381.861,40
ago/18	17,07%	61.722,55	361.605,57
set/18	16,28%	54.304,59	333.522,64
out/18	13,48%	45.699,34	339.066,23
nov/18	13,22%	38.952,70	294.543,39
dez/18	15,85%	54.204,42	342.016,69
	16,12%	616.359,31	3.824.433,16

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O simples nacional representa os menores valores de tributos sobre faturamento a recolher, em detrimento dos outros regimes tributários, mesmo o lucro real que tem a possibilidade de se tomar crédito de insumos e matéria prima.

Apesar de manter o faturamento, ao longo do exercício a empresa passou a diminuir seu quadro de funcionários, que começou 2018 com 18 pessoas e passou a 11 no final do ano. A folha de pagamentos de uma empresa é peça chave para o

andamento dos negócios. Deve-se partir de um estudo da quantidade necessária para trabalhar de forma que não se prejudique o serviço/produto ofertado, e deve-se ter em conta além disso, que seu peso é alto na lucratividade, portanto o equilíbrio a ser alcançado é objetivo de estudos do planejamento tático e operacional.

Abaixo, no Quadro 43, seguem os encargos sobre folha de pagamentos da empresa, a parte de encargos a cargo da entidade caso tributada pelo Lucro Real e Presumido, e a parte referente a descontos de funcionários e FGTS, sendo tributada pelo Simples Nacional.

QUADRO 43 – ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS

ENCARGOS TRABALHISTAS											
MÊS	BASE INSS	BASE INSS	BASE FGTS	INSS FUNC.	INSS SOCIOS	INSS	INSS	FGTS	IRRF	Nº	Nº
	FUNC.	SOCIOS		EMPRESA	EMPRESA	FUNC.	SOCIOS		Func.	Func.	Socio
jan/18	31.393,90	954,00	31.393,90	8.727,50	190,80	2.870,48	104,94	2.511,51	140,06	18	1
fev/18	29.326,97	954,00	29.326,97	8.152,90	190,80	2.498,06	104,94	2.346,16	143,25	17	1
mar/18	24.921,58	954,00	24.921,58	6.928,20	190,80	2.195,24	104,94	1.993,73	284,60	15	1
abr/18	23.864,33	954,00	23.864,33	6.634,28	190,80	2.028,20	104,94	1.909,15	138,78	13	1
mai/18	20.275,67	954,00	20.275,67	5.636,64	190,80	1.857,64	104,94	1.622,05	100,52	12	1
jun/18	18.523,71	954,00	18.523,71	5.149,59	190,80	1.737,49	104,94	1.481,90	104,80	11	1
jul/18	17.958,01	954,00	17.958,01	4.992,33	190,80	1.765,98	104,94	1.436,64	88,74	10	1
ago/18	21.053,86	954,00	21.053,86	5.852,97	190,80	1.905,38	104,94	1.684,31	152,80	9	1
set/18	19.652,62	954,00	19.652,62	5.463,43	190,80	1.855,56	104,94	1.572,21	108,60	10	1
out/18	19.686,08	954,00	19.686,08	5.472,73	190,80	1.816,49	104,94	1.574,89	86,30	11	1
nov/18	20.267,31	954,00	20.267,31	5.634,31	190,80	1.851,98	104,94	1.621,38	105,20	11	1
dez/18	20.777,14	954,00	20.777,14	5.776,04	190,80	1.944,84	104,94	1.662,17	106,44	11	1
			-	-	-	-	-	-			
TOTAIS	267.701,18	11.448,00	267.701,18	74.420,93	2.289,60	24.327,34	1.259,28	21.416,09	1.560,09		

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Os valores referentes a encargos sob responsabilidade da empresa são as colunas “INSS FUNC. EMPRESA”, “INSS SÓCIOS EMPRESA”, e “FGTS”. As demais colunas: “INSS FUNC.”, “INSS SÓCIOS” e “IRRF” são descontos sob o salário dos empregados.

Na sequência, nos Quadros 44, 45 e 46, demonstra-se as Demonstrações de Resultado em cada uma das modalidades de tributação. Ao contrário das outras empresas analisadas, a Empresa 4, quando tributada pelo Lucro Real apresentou Lucro, e sobre ele pagaria um montante de R\$ 306.180,62, referentes a IRPJ e Adicional, e CSLL, e teria um lucro após IRPJ e CSLL de R\$ 664.938,85.

Tributada pelo Lucro Presumido, a empresa teria um lucro de R\$ 1.067.495,18, e no Simples Nacional que é a atual tributação dela, a empresa teve um lucro de R\$ 1.442.787,81.

QUADRO 44 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		3.824.433,16
	Venda	3.824.433,16
	Serviço	
Dedução de Receitas		1.042.158,04
	Impostos	1.042.158,04
Receita Líquida		2.758.401,49
Custos		1.068.243,47
Lucro Bruto		1.690.158,02
Despesas Operacionais		719.038,56
	Adm	293.343,19
	Pessoal	425.695,37
Lucro antes do IR/CS		971.119,47
IRPJ		145.667,92
Adc		73.111,95
CSLL		87.400,75
Lucro Líquido		664.938,85

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 45 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – PRESUMIDO

Demonstrativo de Resultado		
Receita Operacional		3.824.433,16
	Venda	3.824.433,16
	Serviço	
Dedução de Receitas		827.989,78
	Impostos	827.989,78
Receita Líquida		2.972.569,75
Custos		1.068.243,47
Lucro Bruto		1.904.326,28
Despesas Operacionais		719.038,56
	Adm	293.343,19
	Pessoal	425.695,37
Lucro antes do IR/CS		1.185.287,72
IRPJ sobre Presunção		76.488,66
CSLL		41.303,88
Lucro Líquido		1.067.495,18

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 46 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL

Demonstrativo de Resultado SIMPLES		
Receita Operacional		3.824.433,16
	Venda	3.824.433,16
	Serviço	
Dedução de Receitas		965.364,41
	Impostos	965.364,41
Receita Líquida		3.184.729,37
Custos		1.068.243,47
Lucro Bruto		2.116.485,90
Despesas Operacionais		673.698,09
	Adm	324.713,25
	Pessoal	348.984,84
Lucro antes do IR/CS		1.442.787,81

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Por fim, faz-se um quadro comparativo do valor dos impostos a serem recolhidos em cada uma das modalidades de tributação, já tomados os créditos em cada caso. O lucro Real em todos os casos acaba sendo a opção mais onerosa, e a que menos oferece um retorno de lucro aos sócios.

QUADRO 47 – COMPARATIVO DE TRIBUTOS A RECOLHER

<u>COMPARATIVO</u>					
	ICMS	ISS	FEDERAIS	INSS/FGTS	TOTAL GERAL
SIMPLES	-	-	368.507,36	21.416,09	389.923,45
REAL	491.056,21	-	535.792,18	98.126,62	1.124.975,02
PRESUMIDO	491.056,21	-	243.095,64	98.126,62	832.278,48

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

A diferença entre os valores a serem pagos em cada uma das modalidades é expressiva, enquanto que no Simples Nacional há um recolhimento de R\$ 389.923,45, no lucro real o valor passa a ser de R\$ 1.124.975,02, R\$ 735.051,57 a mais. O impacto financeiro na empresa acaba sendo quase três vezes maior que no regime atual, principalmente pelo fato de que, ao contrário das outras empresas analisadas, obteve-se lucro inclusive na modalidade de lucro real, e como o valor foi superior aos R\$ 120.000,00 anuais, a empresa teria que pagar ainda o adicional de 10%.

4.5 EMPRESA 5

A Empresa 5 foi fundada em 2004 e trabalha com serviços de manutenção e reparação de veículos automotores, além de comércio de peças e acessórios.

Seu faturamento em 2018 foi de R\$ 1.453.527,04, desse total, R\$ 555.997,09 foram referentes à prestação de serviços, e o restante, R\$ 897.529,95 foi oriundo da venda de peças para veículos automotores, que geralmente é em decorrência da prestação de serviços.

A seguir apresenta-se a Quadro 48 com o faturamento anual demonstrado por meses.

QUADRO 48 – FATURAMENTO ANUAL

Mês	Total
Janeiro	61.622,15
Fevereiro	90.885,28
Março	117.371,85
Abril	90.458,26
Maio	140.252,38
Junho	127.829,17
Julho	136.964,49
Agosto	133.079,79
Setembro	123.440,17
Outubro	140.657,14
Novembro	151.422,60
Dezembro	139.543,76
Total	1.453.527,04

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Comparando janeiro com dezembro, houve um crescimento de 126,45% entre o mês inicial e o mês final, o que demonstra que a empresa está progredindo.

Na sequência apresenta-se o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado. Apesar do faturamento ter crescido ao longo do exercício, a empresa apresentou prejuízo no fechamento.

QUADRO 49 – BALANÇO PATRIMONIAL

1	ATIVO	274.229,01
1.1	Circulante	219.006,11
1.1.01	Disponível	113.551,03
1.1.02	Clientes	-
1.1.04	Outros Créditos	4.725,90
1.1.05	Estoques	100.729,18
1.1.06	Despesas Antecipadas	-
1.2	Não Circulante	55.222,90
1.2.01	Realizável a Longo Prazo	
1.2.02	Imobilizado	55.222,90

2	PASSIVO	274.229,01
2.1	Passivo Circulante	268.166,81
2.1.01	Instituições Financeiras	
2.1.02	Fornecedores	244.393,88
2.1.03	Obrigações Tributárias	11.570,63
2.1.04	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	12.202,30
2.1.05	Outras Obrigações	
2.2	Não Circulante	1.041.000,00
2.2.01	Empréstimos	-
2.2.02	Parcelamento de Impostos	-
2.2.03	AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	1.041.000,00
2.4	Patrimônio Líquido	-1.034.937,80
2.4.01	Capital Social	60.000,00
2.4.02	Prejuízos Acumulados	-1.094.937,80
2.4.03	Outras Contas do Patrimônio Líquido	-

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 50 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

3.1	Receitas Operacionais	1.335.967,79
3.1.01	Receita Bruta de Vendas e Serviços	1.478.282,64
3.1.02	(-) Deduções da Receita Bruta	24.967,90
3.1.03	(-) Impostos Incidentes	120.893,90
3.1.04	Outras Receitas Operacionais	3.546,95
3.2	(-) Custo da Mercadoria Vendida	838.658,93
3.3	(-) Despesas Operacionais	873.472,95
3.3.1	Despesas Administrativas	128.055,43
3.3.1.001	Despesas com Pessoal	737.340,28
3.3.2	Despesas Financeiras	8.077,24
3.3.2.001	Despesas Gerais	-
3.4	Outros Custos/Despesas Operacionais	-
4	Prejuízo Líquido do Exercício	- 376.164,09

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

De acordo com a NBC T 1 que trata da estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis, é importante que as demonstrações contábeis apresentem as informações correspondentes de períodos anteriores, porém, no caso das apresentações acima e das empresas anteriores, o intuito é apresentar o impacto da tributação em uma pequena empresa em seus diferentes tipos de modalidade.

No caso da Empresa 5, percebe-se que ela apresenta prejuízo contábil não apenas no ano de 2018, mas em anos anteriores também, devido aos Prejuízos acumulados no Balanço Patrimonial que chegam a R\$ 1.094.937,80.

Abaixo, nos Quadros 51, 52 e 53, segue a representação dos impostos sobre faturamento a pagar em cada um dos tipos de tributação e seu impacto em percentuais sobre o faturamento da empresa.

QUADRO 51 – SIMPLES NACIONAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	9,18%	5.658,66	61.622,15
fev/18	8,17%	7.426,65	90.885,28
mar/18	8,81%	10.341,31	117.371,85
abr/18	8,67%	7.845,06	90.458,26
mai/18	8,65%	12.138,30	140.252,38
jun/18	8,39%	10.729,84	127.829,17
jul/18	7,66%	10.486,81	136.964,49
ago/18	8,39%	11.166,02	133.079,79
set/18	7,34%	9.056,86	123.440,17
out/18	7,59%	10.676,97	140.657,14
nov/18	7,76%	11.754,14	151.422,60
dez/18	7,49%	10.451,03	139.543,76
	8,10%	117.731,65	1.453.527,04

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O total do simples a recolher em 2018 representava 8,10% do faturamento total da empresa.

QUADRO 52 – LUCRO PRESUMIDO

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	-6,35%	- 3.911,34	61.622,15
fev/18	10,13%	9.210,69	90.885,28
mar/18	8,59%	10.079,41	117.371,85
abr/18	2,38%	2.150,51	90.458,26
mai/18	4,66%	6.529,07	140.252,38
jun/18	4,94%	6.313,75	127.829,17
jul/18	7,06%	9.663,86	136.964,49
ago/18	1,13%	1.502,93	133.079,79
set/18	11,21%	13.834,93	123.440,17
out/18	1,51%	2.122,00	140.657,14
nov/18	6,31%	9.557,69	151.422,60
dez/18	1,14%	1.588,10	139.543,76
	4,72%	68.641,62	1.453.527,04

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O impacto dos impostos a pagar no lucro presumido acaba sendo menor que o Simples Nacional devido à possibilidade de se tomar créditos de ICMS nessa

tributação, portanto, o valor a desembolsar nesse tipo de tributo, apenas sobre o faturamento, acaba sendo menor. Porém, não se deve esquecer dos encargos sobre folha e do próprio Imposto de Renda e Contribuição trimestrais e que são calculados a partir de uma presunção de lucro e que por esse motivo não integram esse quadro.

QUADRO 53 – LUCRO REAL

Mês/Ano	TRIBUTOS A RECOLHER		FATURAMENTO MENSAL
	%	Valor	
jan/18	-2,93%	- 1.805,88	61.622,15
fev/18	12,96%	11.774,65	90.885,28
mar/18	11,95%	14.022,27	117.371,85
abr/18	5,49%	4.968,36	90.458,26
mai/18	7,67%	10.754,48	140.252,38
jun/18	7,74%	9.890,87	127.829,17
jul/18	9,54%	13.065,17	136.964,49
ago/18	4,27%	5.681,45	133.079,79
set/18	13,55%	16.730,26	123.440,17
out/18	4,19%	5.899,10	140.657,14
nov/18	9,36%	14.173,33	151.422,60
dez/18	3,84%	5.362,42	139.543,76
	7,60%	110.516,47	1.453.527,04

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

No lucro real o impacto dos impostos sobre faturamento nesse caso também acabou sendo menor que o impacto do Simples Nacional, porém, o fato de ter uma folha de pagamento grande acaba sendo impeditivo para se mudar a modalidade de tributação.

A tributação sobre folha de pagamentos é demonstrada na Quadro 54, construída sobre as bases de cálculo da folha de pagamentos da Empresa 5 em 2018.

Os encargos sob responsabilidade da Empresa são as colunas “INSS FUNC. EMPRESA”, “INSS SÓCIOS EMPRESA” e “FGTS”. Os encargos descontados do trabalhador são os “INSS FUNC.”, “INSS SÓCIOS”, e “IRRF”.

QUADRO 54 – ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTOS

MÊS	ENCARGOS TRABALHISTAS										
	BASE INSS	BASE INSS	BASE FGTS	INSS FUNC.	INSS SOCIOS	INSS	INSS	FGTS	IRRF	Nº	Nº
	FUNC.	SOCIOS		EMPRESA	EMPRESA	FUNC.	SOCIOS		Func.	Func.	Socio
jan/18	39.581,47	1.908,00	39.581,47	11.003,65	381,60	4.047,14	209,88	3.166,52	550,77	18	2
fev/18	38.862,06	1.908,00	38.862,06	10.803,65	381,60	3.965,02	209,88	3.108,96	455,58	18	2
mar/18	38.648,39	1.908,00	38.648,39	10.744,25	381,60	3.795,30	209,88	3.091,87	407,17	18	2
abr/18	40.949,04	1.908,00	40.949,04	11.383,83	381,60	4.178,72	209,88	3.275,92	676,10	18	2
mai/18	39.387,49	1.908,00	39.387,49	10.949,72	381,60	4.033,37	209,88	3.151,00	568,66	17	2
jun/18	43.351,42	1.908,00	43.351,42	12.051,69	381,60	4.516,02	209,88	3.468,11	788,29	18	2
jul/18	43.700,88	1.908,00	43.700,88	12.148,84	381,60	4.545,07	209,88	3.496,07	911,89	18	2
ago/18	43.398,27	1.908,00	43.398,27	12.064,72	381,60	4.527,90	209,88	3.471,86	734,39	18	2
set/18	45.104,80	1.908,00	45.104,80	12.539,13	381,60	4.711,89	209,88	3.608,38	840,46	20	2
out/18	38.690,85	1.908,00	38.690,85	10.756,06	381,60	3.912,03	209,88	3.095,27	712,00	18	2
nov/18	37.740,10	1.908,00	37.740,10	10.491,75	381,60	4.029,61	209,88	3.019,21	716,64	17	2
dez/18	30.727,48	1.908,00	30.727,48	8.542,24	381,60	3.326,13	209,88	2.458,20	513,99	16	2
			-	-	-	-	-	-			
TOTAIS	480.142,25	22.896,00	480.142,25	133.479,55	4.579,20	49.588,20	2.518,56	38.411,38	7.875,94		

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Somando os valores dos encargos a cargo da empresa, a folha passaria de R\$ 737.340,28 a R\$ 875.399,03. Quase R\$ 140.000,00 a mais de encargos.

Seguem nos Quadros 55, 56 e 57, Demonstração de Resultado no Simples Nacional, no Lucro Presumido e no Lucro Arbitrado respectivamente, com o intuito de visualizar o impacto da tributação no resultado da empresa.

QUADRO 55 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – SIMPLES NACIONAL

Receita Operacional	1.453.527,04
Venda	897.529,95
Serviço	555.997,09
Dedução de Receitas	120.893,90
Impostos	120.893,90
Receita Líquida	1.335.967,79
Custos	838.658,93
Lucro Bruto	497.308,86
Despesas Operacionais	873.472,95
Adm	136.132,67
Pessoal	737.340,28
Lucro antes do IR/CS	- 376.164,09

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

QUADRO 56 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – PRESUMIDO

Receita Operacional		1.453.527,04
	Venda	897.529,95
	Serviço	555.997,09
Dedução de Receitas		242.408,98
	Impostos	242.408,98
Receita Líquida		1.214.452,71
Custos		838.658,93
Lucro Bruto		375.793,78
Despesas Operacionais		1.011.531,70
	Adm	136.132,67
	Pessoal	875.399,03
Lucro antes do IR/CS		- 635.737,92
IRPJ sobre Presunção		57.800,39
CSLL		25.706,04
Lucro Líquido		- 719.244,35

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O valor elevado da folha de pagamentos, que consome pouco mais de 50% do faturamento é responsável em boa parte pelo prejuízo contábil. Como a empresa já apresentava prejuízo, ele aumentou se tributado pelo Presumido, e praticamente dobrou de valor, passando de R\$ 376.164,09 para R\$ 719.244,35.

QUADRO 57 – DEMONSTRATIVO DE RESULTADO – LUCRO REAL

Receita Operacional		1.453.527,04
	Venda	897.529,95
	Serviço	555.997,09
Dedução de Receitas		272.376,77
	Impostos	272.376,77
Receita Líquida		1.184.484,92
Custos		838.658,93
Lucro Bruto		345.825,99
Despesas Operacionais		1.011.531,70
	Adm	136.132,67
	Pessoal	875.399,03
Prejuízo antes do IR/CS		-665.705,70

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

Se tributada pelo lucro real, a empresa teria R\$ 665.705,70 de prejuízo, e este só seria menor que no presumido porque não se pagaria Imposto de renda e Contribuição Social devido ao prejuízo contábil e fiscal.

Pelo fato de a empresa estar apresentando prejuízo ao longo dos exercícios, seria necessário rever sua estratégia, focando em medidas positivas para enfrentar as ameaças e aproveitar as oportunidades do ramo de negócios, para assim atingir de forma efetiva a obtenção de resultados positivos.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS E PROPOSTA

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação e abrange todos os entes da federação: União, Estados, Municípios, e seu objetivo foi simplificar e propiciar economia tributária ao micro e pequeno empresário que muitas vezes acaba em desigualdade quanto aos custos que podem incorrer na fabricação de seu produto ou na execução de seu serviço, pelo fato de terem menos vantagens de negociação.

Conforme explica Paes (2014), as principais razões para se adotar medidas tributárias oportunas para o micro e pequeno empresário podem ser correção de falhas de mercado, e redução ou eliminação das desvantagens concernentes a ser pequeno, como os custos que são menores e a diminuição das obrigações da carga tributária, além das dificuldades de crescimento enfrentadas devido a falta de linha de crédito para expansão do negócio.

O objeto do planejamento tributário, em última análise é a economia tributária. No caso das cinco empresas estudadas, arquitetar outras possibilidades de tributação ratificou a opção de que o Simples Nacional é a melhor alternativa e que a carga tributária elevada é um dos fatores que mais influencia o desenvolvimento das empresas. Apenas no caso da Empresa 4 houve lucro estando ela tributada pelo Lucro Real, porém, este passou de R\$ 1.442.787,71 para R\$ 664.938,85, uma queda de R\$ 777.848,96 em relação ao Simples Nacional. Essa diferença se deu exclusivamente aos tributos sobre faturamento, tributos sobre folha de pagamentos e tributos sobre lucro. As demais empresas de lucro, passaram a ter prejuízo em seus resultados.

Outro fator de peso é a dificuldade das pequenas empresas têm para ter acesso ao mercado, pela formação inadequada dos preços de produtos e serviços, pela concorrência da marca e credibilidade de uma grande companhia, dificuldades de logística, entre tantas outras.

Por isso, muito além do planejamento tributário, está a necessidade de se ter antes de um planejamento empresarial. E os elementos básicos da estratégia empresarial são: (1) objetivos a serem alcançados, (2) políticas que orientam ou limitam as estratégias a serem desenvolvidas, e (3) os projetos, com suas atividades

sequenciais, para concretizar os objetivos definidos dentro dos limites estabelecidos pelas políticas. Planejar o crescimento, planejar o fluxo de caixa, e planejar quando se submeter a outras formas de tributação.

Perez Junior(2009), Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade em São Paulo afirmou em uma entrevista concedida em 2009 que o brasileiro é muito empreendedor, mas pouco empresário, e segundo ele, empresário é aquele que estrutura, analisa, projeta e planeja o empreendimento, planeja o investimento, acompanha o fluxo de caixa, a capacidade financeira da empresa, com vistas a entrar e permanecer no mercado.

O papel do Contador e das demonstrações contábeis é servir de subsídio na tomada de decisões, amparando o dono do negócio em seus projetos, demonstrando através das peças contábeis a situação patrimonial e financeira da empresa e projetando formas sadias de crescimento da Organização.

As projeções e o planejamento tributário como foram apresentados nas empresas estudadas podem ser utilizados para simular cenários e projetar o crescimento de forma que não sobrecarregue a capacidade da empresa com metas e objetivos fora da realidade das circunstâncias atuais da economia, do mercado e da própria empresa.

Entende-se que para haver um efetivo planejamento tributário, a empresa deve estar bem estruturada em todos os seus aspectos, dessa forma, a proposta de planejamento tributário a ser apresentada deverá abranger os seguintes tópicos:

5.1 VERIFICAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO

Com o advento do ambiente Sped e a implantação da Nota Fiscal eletrônica, entre outras coisas, faz-se necessário um sistema que no mínimo atenda esses requisitos de acordo com a legislação. Um software pode auxiliar a empresa em questões como a gestão financeira, a gestão de estoques, cadastro de clientes e fornecedores, entre outros.

Bazzoti e Garcia (2006) ressaltam que o sistema de informação gerencial acaba por fortalecer e apoiar o plano de atuação das empresas, a geração de

informações rápidas, confiáveis e precisas, e assim, melhora o processo de tomada de decisões pelos gestores.

O *software* pode ser obtido através da contratação dos inúmeros sistemas que estejam presentes no mercado, ou pode ser desenvolvido especialmente para as necessidades da empresa. Para isso é necessário fazer um levantamento das necessidades da organização e na sequência é feita a busca pelo sistema que atenda as exigências estudadas.

É importante que o sistema tenha uma interface que possa ser importada para o sistema contábil do escritório, assim as informações geradas pela administração serão integradas à contabilidade de forma muito mais tempestiva para a geração de dados que possam atender a gerencia em tempo hábil.

5.2 CONTROLE DE ESTOQUES

Com um *software* de gestão empresarial, o próximo passo é fazer o controle de estoques da empresa.

O controle de estoques, conforme o site do SEBRAE (2019) explica, tem como objetivo informar a quantidade disponível de cada item e o valor monetário desses produtos, ou matéria prima. Essa informação é importante para precificação de venda, controle de custos e inclusive para verificar a lucratividade do negócio, ou de uma linha de produtos, ou prestação de serviços.

Sua falta de controle, ainda de acordo com o SEBRAE (2019) pode trazer inúmeras consequências como o impacto financeiro das compras no fluxo de caixa, se o consumo de materiais está de acordo com as necessidades e o impacto nas vendas e até na produtividade.

As entradas devem ser alimentadas em sistema informatizado, bem como as saídas, que devem ser acompanhadas por requisição e inclusive deve ser feito periodicamente o inventário para levantamento de material e identificação de possíveis falhas na gestão.

5.3 CONTROLE DE CONTAS A PAGAR E RECEBER

O controle do contas a pagar e receber é fundamental para a saúde financeira e de fluxo de caixa da empresa. Informações relacionadas a essas áreas são utilizadas para o cálculo do prazo médio de pagamento de compras, recebimento de vendas e ciclo operacional e financeiro da empresa.

Outro assunto importante e que muitas vezes acaba por ser negligenciado em empresas de pequeno porte é a questão de confusão entre o patrimônio da empresa e o patrimônio dos sócios. É comum que os sócios utilizem o dinheiro em caixa da sociedade para pagar contas próprias, em detrimento de retirar um pro labore que cubra suas despesas. Essa prática fere o princípio da entidade que se fundamenta no fato que os objetos são separados: um é o patrimônio da empresa, e outro é o patrimônio dos sócios. Esse princípio está disposto no art. 4º da Resolução CFC nº 750 de 1993, que foi revogado, porém, ainda têm valor para o âmbito contábil, principalmente no que tange a relação dos sócios com a Entidade.

O desrespeito à separação do patrimônio da empresa e da família pode ter como consequência a desorganização financeira da empresa, e conseqüentemente uma deficiência nos fluxos de caixa, que se não corrigido pode levar a empresa à falência. Por isso, é importante que além disso, os sócios entrem em acordo em relação a um pro labore que seja suficiente para os empresários pagarem suas contas e não se utilizarem do caixa da empresa em benefício próprio.

5.4 CONTROLE DO FLUXO DE CAIXA

Conforme explica Oliveira (2018), o fluxo de caixa é uma ferramenta básica de controle financeiro, e sua função é demonstrar os valores de recebimentos, pagamentos, e saldos de recursos financeiros da empresa em um determinado período. Tem ligação direta com o controle do contas a pagar e receber, porém, vai além disso, já que consiste na gestão dos recursos financeiros da empresa também.

Em um controle de fluxo de caixa eficiente há a gestão e utilização inteligente do dinheiro, isso significa que torna-se necessário um estudo para emprego dos

recursos de forma que se obtenham os melhores resultados a partir da aplicação e resgate do dinheiro em diversas modalidades de cartas financeiras.

Muitos empresários confundem folga financeira com lucro, e esse equívoco deve ser elucidado pelo contador, para que a partir disso se possa gerenciar melhor o fluxo de caixa, contas a receber e pagar e consequentemente o planejamento empresarial.

5.5 DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

A demonstração de resultado é uma demonstração contábil que evidencia o lucro ou prejuízo da empresa através da confrontação das receitas e despesas em determinado período. A diferença essencial entre o demonstrativo de resultado e o fluxo de caixa é o regime de apuração. Enquanto o fluxo de caixa é feito através do regime de caixa, o que entra e sai efetivamente do caixa da empresa, a demonstração de resultado demonstra o resultado do período por competência, ou seja, demonstra as receitas e despesas independente do desembolso financeiro ou não. É comum que uma empresa tenha lucro em determinado período mas apresente fluxo de caixa negativo, isso pode acontecer devido aos prazos de recebimentos de venda e pagamentos de compras, já que na maioria dos casos as vendas e despesas não são pagas à vista.

5.6 ESTRUTURAÇÃO DO PLANO EMPRESARIAL E TRIBUTÁRIO

Como consequência do gerenciamento e controle dos tópicos mencionados anteriormente, a empresa deve pensar e planejar os passos a curto e longo prazo, com definição de metas e objetivos a serem alcançados. Enquanto que cinco primeiros tópicos estão relacionados ao planejamento operacional da empresa, a estruturação empresarial está relacionada ao planejamento tático e estratégico, já que o planejamento estratégico considera a empresa como um todo e o planejamento tático tem foco nas decisões a serem adotadas para a otimização de departamentos, entre outras coisas.

Nesse ponto do planejamento e estruturação empresarial, são definidos assuntos como cultura organizacional, definição de funções e papéis na administração da sociedade, é montado o organograma da equipe, são definidos cargos e plano de salários, e por fim é feito o planejamento de crescimento para os próximos anos, para que a empresa cresça de forma coerente e sadia, de acordo com o mercado de atuação.

5.7 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

O planejamento tributário estará presente em todas as etapas de reestruturação empresarial e terá parte em cada um dos níveis de planejamento, tanto no operacional, com decisões acerca da melhor forma de tributação da empresa, e através das projeções mostradas no tópico 4, na análise das cinco empresas, quanto no planejamento tributário estratégico, com medidas que envolvam relacionamento com a concorrência, acesso à cadeia de suprimentos, mudança de ramo de atividade, localização, e segregação de atividades em CNPJ's diferentes entre outras coisas.

O planejamento tributário é essencial para projetar a tributação de acordo com o crescimento da empresa. As simulações servem principalmente para acompanhar as possíveis formas de tributação, e planejar quando será vantajoso mudar de uma forma para outra de maneira que não prejudique o fluxo financeiro da entidade.

A seguir no Quadro 58 é apresentada as fases a serem alcançadas de acordo com critérios de prioridade, 1 para ações imediatas, 2 para ações de curto prazo (até 6 meses), 3 para ações de médio prazo (até 1 ano), e 4 para ações de longo prazo (mais de um ano). Os prazos a serem cumpridos devem ser estabelecidos pela administração da sociedade.

QUADRO 58 – PLANO DE AÇÃO PROPOSTO

Ação	Prioridade	Prazo	Responsável
Implantação de Software	1	1 mês	Pessoa 1
Controle de Estoques	2	6 meses	Pessoa 2
Contas a Pagar e Receber	2	6 meses	Pessoa 1
Demonstrativo de Resultado	2	6 meses	Pessoa 1
Fluxo de Caixa	3	12 meses	Pessoa 1
Definição de Pró Labore	1	2 meses	Pessoa 3
Definição de Distribuição de Lucros	1	2 meses	Pessoa 3
Elaboração de Indicadores Financeiros	4	18 meses	Pessoa 1
Definição de Funções de Administração	1	1 mês	Pessoa 3
Plano de cargos salários e organograma	3	12 meses	Pessoa 3
Planejamento Comercial	2	2 meses	Pessoa 2
Planejamento Estratégico	3	10 meses	Pessoas 1, 2 e 3
Planejamento Tributário	3	12 meses	Contador

FONTE: Dados da Pesquisa (2019)

O Quadro 58 apresenta um plano de ação a ser levado pelos donos do negócio dentro dos próximos meses, para estruturação do negócio e consequentemente da contabilidade e planejamento tributário. Esse plano de ação deve ser modificado de acordo com as necessidades da empresa e após estudo por parte do contador e dos sócios da empresa.

Como dito anteriormente, para uma empresa de pequeno porte, dificilmente qualquer outra forma de tributação será melhor que o simples nacional. Porém, as projeções e simulações são necessárias para corroborar com essa opção.

Para que a estruturação empresarial e contábil ocorra, é necessário antes de tudo identificar as condições e necessidades da empresa, mapear as principais situações nas quais a tributação pode afetar o planejamento empresarial, e analisar os objetivos e metas da organização e do empresário. Só assim se poderá auxiliar o dono do negócio através das ferramentas que a contabilidade pode oferecer.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é uma nação com custo tributário alto para as organizações, devido entre outras coisas, a um sistema tributário complexo e exigente. Essa condição acaba sendo um obstáculo ao crescimento de empresas menores cuja capacidade de concorrer com grandes companhias já é desvantajosa devido a acesso restrito a crédito, custos de produção mais atrativos e outros fatores.

Assim, a alta carga tributária torna-se empecilho para a sobrevivência das micro e pequenas empresas, e uma forma de suprimir essa dificuldade é ter um conhecimento profundo acerca do negócio, de economia, do setor no qual a empresa está inserida e principalmente a respeito de planejamento empresarial, da tributação, e obrigações jurídicas inerentes ao negócio.

O objetivo deste trabalho foi analisar as condições para orientar o empresário por meio da assessoria da estruturação contábil para que minimize o impacto tributário. Os objetivos específicos foram identificar as condições das empresas por meio do levantamento do perfil dos empresários, mapear as principais situações em que o planejamento tributário pode influenciar no processo de estruturação contábil, analisar as condições para orientar a empresa por meio da assessoria da estruturação contábil para minimizar o impacto tributário e por fim apresentar uma proposta de planejamento tributário para as empresas na forma de assessoria visando minimizar o impacto da tributação.

Com o intuito de identificar o perfil do empresário foram analisados dos dados apresentados pelo Sebrae e IBGE a respeito do empreendedorismo e dos empreendedores, e chegou-se ao entendimento de que o aumento de 22% entre os anos de 2001 e 2014 de pessoas nesse perfil se deu entre outros fatores a necessidade de se ter uma renda em tempos de crise econômica, pelo aumento do desemprego e pelo aumento do custo de vida, assim empreender acabou sendo a resposta mais lógica para a pessoa que precisa se manter e manter a família.

Um dado que pode demonstrar essa conclusão é a baixa escolaridade do empresário no Brasil. Dessas pessoas, a média de escolaridade está por volta de 7,9 anos de estudo, e apenas 16% de empresários com ensino superior completo.

Esta baixa escolaridade registrada é um dado importante na hora de analisar as empresas, porque demonstra que o empresário não tem uma instrução formal acerca da sua profissão e do seu negócio, além disso, acaba não tendo conhecimento das exigências impostas pela legislação, não conhece sobre administração de empresas, e consequentemente não sabe de planejamento estratégico, tático e operacional. Conhecer esses dados e conhecer o empresário é de fundamental importância para o contador que irá prestar serviços a pessoas deste perfil e poderá auxiliá-lo de maneira que as informações apresentadas sejam compreensíveis pelo usuário da informação.

Outros dois objetivos específicos da monografia foram mapear as principais situações que o planejamento tributário pode influenciar no processo de estruturação contábil, e analisar as condições para orientar a empresa por meio da assessoria da estruturação contábil visando minimizar o impacto tributário. Para isso foram analisadas as demonstrações contábeis de cinco empresas tributadas pelo Simples Nacional, e na sequência foram feitas simulações em cada uma das formas de tributação.

Em todas as empresas estudadas, foi constatado que a forma de tributação mais vantajosa para o momento continua sendo o Simples Nacional, e que o impacto tributário afeta inclusive o lucro da empresa, visto que delas, apenas uma continuou com lucro nas três formas de tributação.

Por meio das cinco empresas estudadas foi corroborada a ideia de que o planejamento em todas as suas esferas é de suma importância para o crescimento das organizações, que as micro e pequenas empresas diferem em muitos aspectos das grandes organizações, e que para competir e ter espaço de crescimento elas precisam se qualificar e ter metas, objetivos e um plano de crescimento que é crucial para o sucesso do negócio.

Finalmente, foi apresentada uma proposta de planejamento tributário para as empresas na forma de assessoria para minimizar o impacto da tributação. Tendo em vista todo o referencial teórico estudado chegou-se à conclusão de que antes de fazer um planejamento tributário, é importante que a empresa esteja estruturada, com metas e objetivos de crescimento definidos. E que a partir disso faz-se o planejamento

tributário empresarial levando o empresário e a organização para um crescimento saudável e com o mínimo possível de impacto tributário, já que, a tributação pelo Simples Nacional dificilmente será menos vantajosa que qualquer outro tipo de tributação, porém o crescimento da empresa em algum momento levará para o desenquadramento ou reenquadramento em outro regime.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. Gestão Estratégica das Informações Internas na Pequena Empresa: Estudo Comparativo de casos em empresas do setor de serviços (hoteleiro) da região de Brotas-SP. São Carlos, 2004. **Dissertação** (Mestrado em Engenharia da Produção). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18140/tde-10082004-110724/pt-br.php>>. Acesso em: 16 abril 2019.
- ALDAY, H. E. C. O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica. **Revista FAE**, v. 3, n. 2, p.9-16, maio/ago. 2000.
- ALVES, L. **Planejamento Tributário – Conceito de Práticas**. Rio de Janeiro: Conselho Regional de Contabilidade, 2017.
- BAZOTTI, C; GARCIA, E. A Importância do Sistema de Informação Gerencial na Gestão Empresarial para Tomada de Decisões. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**. Cascavel, v. 6, n.11, p.279-297, 2006.
- BRASIL_a – Decreto 3.000 de 26 de março de 1999, regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**. 26 mar. 1999.
- BRASIL_b – Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, altera dispositivos das leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da consolidação das Leis do Trabalho – CLT aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189 de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841 de 5 de outubro de 1999. **Diário Oficial da União**. 14 dez. 2006.
- BRASIL_c – Lei Complementar nº 155 de 27 de outubro de 2016, altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para reorganizar e simplificar a metodologia de apuração do imposto devido por optantes pelo Simples Nacional; altera as Leis nº 9.613, de 3 de março de 1998, Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e revoga dispositivo da lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. **Diário Oficial da União**. 27 out. 2016.
- BRASIL_d – Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966, dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da União**. 25 out. 1996.
- BRASIL_e - **O que são Impostos**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/01/o-que-sao-os-impostos>> Acesso em 09. Mar.2019.

BRASIL_f – Lei nº 8.137 de 27 de dezembro de 1990, define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 27 dez. 1990.

BRASIL_g – Lei 4.279 de 14 de Julho de 1965, define o crime de sonegação fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 14 jul. 1965.

CHIAVENATO, I. **Administração: Teorias, processo e prática**. 2.Ed. São Paulo, Makron Books, 1994.

CREPALDI, S. **Planejamento Tributário, Teoria e Prática**. 2. Ed. São Paulo, Saraiva, 2017.

DICIO. **Dicionário On Line de Português**. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/planejamento/>> Acesso em 09. Mar.2019.

FILION, L. J. Empreendedorismo: Empreendedores e Gerentes Empresários de Pequenos Negócios. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LE MOS, A. P. **Crimes contra a ordem tributária**. Disponível em <<https://jus.com.br/artigos/14792/crimes-contra-a-ordem-tributaria>> Acesso em 23. Mar. 2019.

LIMA, M. R. S. **Uma Contribuição à importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: uma pesquisa realizada na cidade de Recife no estado de Pernambuco**. In: Conferência Internacional de Pesquisa em Empreendedorismo na América Latina – CIPEAL, 3., 2004, Rio de Janeiro. Anais...Rio de Janeiro: CIPEAL, 2004.

LUCENA, W. G. L. Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano. João Pessoa, 2004. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UNB/UFPE/UFPB/UFRN. Disponível em <http://ppgcont.unb.br/images/PPGCCMULTI/mest_dissert_039.pdf> Acesso em: 16 Abril 2019.

MENDES, O.; RAISER, G. Planejamento Estratégico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v.3, n.4, p.230-240, Sem II 2009.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro>> Acesso em: 09. Mar.2019.

MORAIS, E.F.C **Inteligência Competitiva: Estratégias para Pequenas Empresas**. Brasília: GH Comunicação Gráfica Ltda, 1999.

MOREIRA, R. L. ; ENCARNAÇÃO, L. V. ; BISPO, O. N. A. ; ANGOTTI, M. ; COLAUTO, R. D. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade** (38), p. 7-19, maio/Ago, 2013.

OLIVEIRA, L. M. de; CHIEREGATO, R.; PEREZ JUNIOR, J. H.; GOMES, M. B. **Manual de Contabilidade Tributária**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

OLIVEIRA, N. J. Elisão, Evasão e Planejamento Tributário. **Revista Científica Integrada**. Ribeirão Preto, n.4, p.1-6, 2014. Disponível em <<http://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/edicao-n-4-2014-1-1/1499-433-1508-1-sm/file>> Acesso em 02. Ago. 2018.

OLIVEIRA, D. P. R. **Estratégia Empresarial & Vantagem Competitiva, como estabelecer, implementar e avaliar**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D.P.R. **Introdução à Administração: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, A. M. Informações contábeis-financeiras para empreendedores de empresas de pequeno porte. São Paulo, 2001. **Dissertação** (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

PAES, N.L. Simples Nacional no Brasil: o difícil balanço entre estímulos às pequenas empresas e aos gastos tributários. **Nova Economia**. (3), p. 541-554, set/dez 2014.

PARANÁ^a. Decreto n. 7871, de 02 de out. de 2017. REGULAMENTO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ - **RICMS/PR**. Curitiba, p.1-1462, out. 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao/RICMS2017.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

PARANÁ^b. Lei n. 14.260, de 23 de dez. de 2003. **Lei Orgânica do IPVA**. Disponível em <<http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/sefadocumentos/12200314260.pdf>> Acesso em 02 ago. 2018.

PARANÁ^c. Lei n. 18.573, de 01 de out. de 2015. **Do Fundo Estadual de Combate à Pobreza do Paraná**. Disponível em <<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=147423&codItemAto=901424>> Acesso em 02 ago. 2018.

PAULSEN, L. **Curso de Direito Tributário Completo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

PEDRO, E. C.; GOUVEIA, H. C.; RODRIGUES, M. M.; CUNHA, R. P. C. **Planejamento Tributário**. Curitiba: Universidade Positivo. 2018. PEREZ, J. L. Falência das empresas bate recorde. Disponível em <<https://www.agazetanews.com.br/noticia/nacional/35485/falencia-das-pequenas-empresas-bate-recorde>> Acesso em 21 maio.2019.

POHLMAN, M. C. **Contabilidade Tributária**. Curitiba: IESDE, 2010. RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, W. C. **Metodologia Científica**. Paracambi: Faetec/Ist, 2007. Disponível em <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/33851445/metodologia_cientifica.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1544743709&Signature=MMVMjG%2BnGjnfAxb%2B977Bk4eUyLE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DMetodologia_Cientifica_Conceitos_e_Defin.pdf> Acesso em 12 dez.2018.

SEBRAE₁. BRASIL. **Perfil dos Pequenos Negócios**. 2017. <<http://datasebrae.com.br/perfil-dos-pequenos-negocios/#oqsao>>. Acesso em 01/08/2018

SEBRAE₂. BRASIL. **Perfil dos Empreendedores**. <[http://datasebrae.com.br/perfil - dos-empreendedores](http://datasebrae.com.br/perfil-dos-empreendedores)>. Acesso em 10/03/2019.

SEBRAE₃. BRASIL. **O que é ser MEI**. <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/o-que-e-ser-mei,e0ba13074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 09/03/2019.

SEBRAE₄. BRASIL. **Como Realizar o Controle de Estoque das Suas Mercadorias**. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-o-controle-de-estoque-de-mercadorias,8e80438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>> Acesso em 25/05/2019.

STONER, J. A. **Administração**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985.

SILVA, E. C. B.; LEON, M. C. S. **A Importância do Planejamento para o Sucesso Empresarial**. Disponível em <<https://docplayer.com.br/133058-A-importancia-do-planejamento-para-o-sucesso-empresarial.html>> Acesso em 18/03/2019.

UMBELINO, W. S. Avaliação Qualitativa do Desequilíbrio da Oferta de Serviços Contábeis nas Micros, bPequenas e Médias Empresas da Grande Recife. Recife, 2008. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/UFPE/UFPB/UFRN.

VICENTINO, N. S.; PRIEBE, A. C.; DEFAVERI, I. R.; ROVARIS, N. R. S. Análise dos Empreendedores na Região Sul do Brasil. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GESTÃO DE PROJETOS, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE, 20, 21 e 22. Nov. 2016. **Anais...** São Paulo: V SINGEP, 2016.